

ACTA N.º 3/11

- - - Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Porfírio Neves Afonso, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, José Maria da Cunha Costa. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Vítor Manuel Castro de Lemos, Ana Margarida Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, Ana Maria Branco Palhares Lopes de Lima e Aristides Martins de Sousa. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de setenta e seis deputados municipais e a falta de cinco, conforme documento que se junta sob o número 1. - - - - -

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. - - - - -

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:-
PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE MANDATO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO:- Berta Maria Sá Santos (PS), pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias; José Carlos Resende da Silva (PS), pelo período de dez dias; Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS), pelo período de dez dias; Marsal da Silva Pereira (PS), pelo período de dez dias; Joana Rio da Silva (PS), pelo período de dez dias; Maria Gabriela Portela (PS), pelo período de dez dias; Francisco Jaime Quesado (PSD), pelo período de um dia; José Augusto Neiva de Sá (PSD), pelo período de oito dias; Marisa Cristina de Castro Araujo (PSD), pelo período de oito dias, Joana

MANDATO 2009-2013

Maria Enes da Silva Malheiro Novo (PSD), pelo período de oito dias; Luis Filipe Oliveira Louro (BE), pelo período de um dia. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de suspensão de mandato. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. Os referidos Deputados Municipais foram substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente Fernando Manuel Armada Garcês (PS), João Campos Sardinha (PS), Maria da Luz Araujo Assunção (PS), Ilídio Matos Carvalho (PS), Luis Miguel Lima Teixeira (PS), João Pedro Cunha da Cruz (PSD), Pedro Alexandre B. Amorim do Rego (PSD), João Paulo Costa Marinho e Jorge Manuel Gomes Teixeira (BE) que iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais tendo em atenção que se encontravam presentes na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. -----

PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) Nº 1 ARTº 38º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, do Presidente da Junta de Freguesia de Meadela, que se faz substituir por José Adelino Rodrigues Gonçalves Borlido, Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Punhe, que se faz substituir por Antonio Manuel Marques Cunha Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Geraz Lima Santa Maria, que se faz substituir por José Manuel Lopes Barbosa e tendo em atenção que se encontravam presentes na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais. -----

- - - Seguidamente, foram submetidas a aprovação a acta número 3/2011 da sessão da Assembleia realizada em 26 de Fevereiro. Não se tendo registado qualquer intervenção foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção dos deputados que não estiveram presentes na referida reunião. -----

- - - Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, a Presidente da Assembleia



deu conhecimento de diverso expediente recebido, bem como das acções desenvolvidas pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - Antes de iniciar o período da ordem do dia, a Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 27º do Regimento, deu conhecimento que chegaram à Mesa um voto de Pesar pelo falecimento de António Duarte Silva (doc. nº 2), um voto de louvor (doc. nº 3) e uma saudação ao "25 de Abril" (doc. nº 4), de cujo teor foi dado conhecimento através da leitura dos mesmos, tendo de seguida informado que seriam postos à discussão e votados no final de todas as intervenções do período antes da ordem do dia. -----

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia, tendo-se registado a intervenção dos seguintes Deputados Municipais:- João Pedro Cruz, Agostinho Lobo Carvalho (doc. nº 5), Joao Campos Sardinha, Martinho Cerqueira (doc. nº 6), Manuel Salgueiro (doc. nº 7), José Carlos Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - Por último, passou-se à votação dos documentos apresentados no início do período de antes da ordem do dia:-

- Voto de Pesar - Aprovado por unanimidade.
- Saudação ao 25 de Abril - Aprovado por unanimidade
- Voto de Louvor - Aprovado por unanimidade.

ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento do teor do ofício da Câmara

MANDATO 2009-2013

Municipal com a referência GAP-196, datado de 19 de Abril corrente, pelo qual é solicitado que seja aditado um ponto à ordem de trabalhos da presente reunião, do qual foi enviado, atempadamente, via e-mail a respectiva documentação, tendo a Mesa proposto que o referido ponto fosse aditado como ponto 6 da ordem de trabalhos. A Assembleia Municipal deliberou, por ter considerado de resolução urgente, nos termos do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o número 3 do artigo 29º do Regimento, aditar à presente Ordem de Trabalhos os seguintes assuntos:-

- **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL**
- **CONGRESSO ANMP - ELEIÇÃO PRESIDENTE DA JUNTA;**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes setenta e oito de um total de oitenta e um deputados municipais. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

--- Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 8. -----

PONTO 1

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

--- A Presidente da Assembleia deu conhecimento que, em cumprimento do que dispõe a alínea e) nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (documento nº 9), não se tendo registado qualquer intervenção.

PONTO 2

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E SMSB

--- A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 4 de



Abril corrente (doc. n.º 10), tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto. De seguida deu conhecimento de uma proposta (doc. n.º 11) que chegou à Mesa sobre a forma de votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Posta a votação foi a mesma rejeitada com 8 votos a favor. Passou-se, de seguida, à intervenção dos agrupamentos políticos registando-se a intervenção dos seguintes deputados municipais:- Noe Rocha (doc n.º 12), Eduardo Viana (doc. n.º 13), Antonio Silva (doc. n.º 14), Ana Cristina Azevedo (doc. n.º 15), Luis Palma, José Carlos Freitas, Luis Palma, Noe Rocha e José Carlos Freitas. -----

--- Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. ---

--- De seguida, foi submetida à votação a proposta da Câmara, tendo sido aprovada por maioria com 57 votos a favor do Agrupamento do PS e JFI e de Presidentes de JF do Agrupamento do PSD, 13 votos contra dos Agrupamentos do PSD e CDS-PP e 7 abstenções dos Agrupamentos da CDU e BE. -----

--- Face aos resultados obtidos, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta da Câmara.-----

--- **AUSENCIA DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto ausentaram-se os seguintes deputados municipais:- Jorge Martins (PSD), Luisa Rocha (CDU) e Presidentes das Juntas de Freguesia de Portela Susã, Montaria, Vila Mou e Vilar de Murteda. -----

PONTO 3

POSTURA DE TRÂNSITO NA ÁREA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO - ALTERAÇÃO

--- A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 14 de Março corrente (doc. n.º 16), tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação

MANDATO 2009-2013

sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos deputados municipais Jorge Teixeira, Agostinho Lobo de Carvalho, João Campos Sardinha, Alberto Sarria, Presidente da Junta de Santa Maria Maior. -----

--- Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. ---

--- De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **AUSENCIA DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto ausentaram-se os seguintes deputados municipais:- Vítor Lima (PSD), Jose Carlos Freitas (CDS/PP), Alberto Sarria Pires (CDS/PP), Presidente da Junta de Amonde, Freixieiro de Soutelo e Areosa. -----

PONTO 4

PACTO DE AUTARCAS DA UE - ADESÃO

--- A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 4 de Abril corrente (doc. n.º 17), tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção do deputado municipal Jorge Teixeira. -----

--- Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. ---

--- De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara tendo sido aprovada por unanimidade. -----



- - - **REGRESSO DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto regressaram os deputados municipais:- Vítor Lima (PSD), Jose Carlos Freitas (CDS/PP), Alberto Sarria Pires (CDS/PP) e Presidentes das Juntas de Freguesia de Amonde, Freixieiro de Soutelo e Areosa. - - - - -

PONTO 5

APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA EM OUTRAS ENTIDADES

- - - A Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal, deu a palavra aos representantes da Assembleia em outras entidades registando-se as seguintes intervenções:-

Representantes desta Assembleia nas várias Comissões:-

- Comissão Concelhia de Saúde - **Maria Emília Magalhães Barbosa**
- Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens - Viana do Castelo:- **Berta Sá Santos (PS); Maria Alice P. Antunes (PSD); Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP) (doc. nº 18); António Gonçalves da Silva (CDU) (doc. nº 19)**

PONTO 6

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 18 de Abril corrente (doc. n.º 20), tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e registando-se a intervenção dos deputados municipais:- João Paulo Marinho, Martinho Cerqueira, José Carlos Freitas. - - - - -

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos, tendo ainda intervindo os deputados João Paulo Marinho e Jorge Teixeira (interpelação à Mesa) e do Presidente da Câmara para defesa da honra. - - - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal, a proposta da

MANDATO 2009-2013

Câmara tendo sido aprovada por maioria com 49 votos a favor dos Agrupamentos do PS, JFI e Presidentes de Junta do PSD, 14 votos contra dos Agrupamentos do PSD e CDS/PPe 6 abstenções dos Agrupamentos da CDU e BE. -----

- - - Por último, foram proferidas declarações de voto pelos seguintes deputados municipais:- João Paulo Marinho (PSD), Presidente da Junta de Alvarães, Jorge Teixeira (BE). -----

- - - **AUSENCIA DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto ausentaram-se os seguintes deputados municipais:- Presidentes das Juntas de Alvarães, Amonde e Barroselas. -----

PONTO 7

ELEIÇÃO DE PRESIDENTES DE JUNTA PARA O CONGRESSO DA ANMP

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foram entregues à Mesa duas listas, que foram designadas por "LISTA A" e "LISTA B" (documentos que se juntam sob o número 21 e 22), para a eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante desta Assembleia Municipal, no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que irá ter lugar no próximo dia 9 de Julho, nos termos da circular nº 301/2011, de 8 de Abril corrente, da A.N.M.P., as quais tem a seguinte constituição:- LISTA A - Presidente Junta de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima - Carlos Torres (Efectivo); e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Fria - José Maria Ferreira (Suplente) e LISTA B - Presidente Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha - Rui Matos (Efectivo); e Presidente da Junta de Freguesia de Alvarães - Fátima Jaques (Suplente). De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 68 votos, com o resultado que a seguir se indica:- 39 votos na "LISTA A", 21 votos na "LISTA B", 2 votos nulos e 6 votos brancos. Em face deste resultado, ficou aprovada a "LISTA A", ficando, assim eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima - Carlos

MANDATO 2009-2013

Torres (Efectivo) como representante das Juntas de Freguesia no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. - - - - -

- - - **REGRESSO DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto regressaram os deputados municipais:- Presidente da Junta de Freguesia de Barrosetas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - De seguida, a Presidente da Assembleia fixou um período de 30 minutos para intervenção aberta ao público, não se tendo registado qualquer intervenção. - - - - -

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que a mesma foi lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes, pelo que foi deliberado aprovar a mesma. - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -


António Costa
Presidente da Mesa



FOLHA DE PRESENCAS

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM TRABALHOS
Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Carlos Coelho Resende da Silva (PS) -5		
Luís Manuel de Miranda Palma (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Emília Magalhães Barbosa (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Pinto Costa (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Augusto de Jesus Lima (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Ana Maria Ribeiro Novo Antunes (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
César Levi Marques Pinheiro (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Emílio da Rocha Antunes Viana (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Adelaide Vieira Lousinha (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Amândio Araújo Passos Silva (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Victor Manuel de Abreu Barbosa (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Fernando Manuel Armada Garcês (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Paulo Jorge Costa Lains (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Noé Martins da Rocha (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela (PS) -5		
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS) -5		
Marsal da Silva Pereira (PS) -5		
Fátima Cristina Brito de Melo (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Augusto Ribeiro dos Reis (PS)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado (PSD) -5		
Maria Manuela do Vale Dias de Carvalho Lopes (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Carlos Parente Antunes (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Ana Sofia Torres Faria (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Augusto Neiva de Sá (PSD) -5		
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro (PSD)		
Marisa Cristina de Castro Araujo (PSD) -5		
Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Victor José da Costa Lima (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Maria Alice Parente Ribeiro Antunes (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Agostinho Lobo de Carvalho (PSD)	<i>[Handwritten signature]</i>	
José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas (CDS/PP)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Alberto Sarria Pires (CDS/PP)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Ana Cristina Abreu Azevedo (CDS/PP)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Martinho Martins Cerqueira (CDU)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Luisa Raquel Marques da Silva Rocha (CDU)	<i>[Handwritten signature]</i>	
António Gonçalves da Silva (CDU)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Francisco Ribeiro Vaz (BE)	<i>[Handwritten signature]</i>	
Luís Filipe Oliveira Louro (BE) -5		




MEMBROS ELEITOS SUPLENTES	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM TRABALHOS
Joana Rio da Silva - PS -5		
João Campos Sardinha - PS		
Maria da Luz Araujo Assunção - PS		
Ilídio Matos de Castelo - PS		
Luis Miguel Lima Teixeira - PS		
Maria Cândida Silva Bernardo - PS		
Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalho -PS		
Henrique Nuno da Silva Pereira - PS		
Paula Ninotcha Martins Marques - PS		
João Pedro Cunha da Cruz - PSD - S		
Pedro Alexandre B. Amorim do Rego - PSD		
Joana Maria E. Silva Malheiro Novo - PSD -5		
João Paulo Costa Marinho - PSD		
Pedro Manuel O. C. Monteiro Vaz - PSD		
Sara Isabel Esteves Peixoto - PSD		
Patrícia da Silva Rego - CDS-PP		
Armando Alberto C. C. P. Sobreiro - CDS-PP		
Hélder Francisco Vicente Rocha - CDS/PP		
Carlos Manuel Sampaio de Sá - CDS/PP		
Sebastião João Neiva Rego Lopes - CDU		
Carla Maria dos Santos Lemos - CDU		
Manuel Gonçalves Rocha - CDU		
António José Rodrigues Soares Basto - CDU		
Ana Cristina Cavaleiro da Fonseca - CDU		
Jorge Manuel Gomes Teixeira - BE		
Manuel de Sá Mota - BE		
Marta de Fátima Baptista de Miranda - BE		



PRESIDENTE DE JUNTA	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM TRABALHOS
Arlindo Manuel Sobral Ribeiro - AFIFE - I		
Fátima Cristina Pimenta Jaques - ALVARÃES - PSD		
José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE - I		
Vasco Manuel Passos Lima - BARROSELAS - PS		
Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS - PSD		
Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO - PSD		
Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO - I		
Augusto Pires Alves Bandeira - CASTELO DE NEIVA - PSD		
José Filipe Penteado Ribeiro - CHAFÉ - I		
Jorge Serafim Costa Correia - DEÃO - PSD		
Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE - PS		
Artur Borlido Ribeiro - FREIXEIRO DE SOUTELO - I		
Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA) - I		
Armindo Dias Fernandes - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA) - PSD - 5		
Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANCHESES - PSD		
Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES - PS		
Manuel Ilídio Gomes de Castro - MEIXEDO - I		
Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA - PSD		
José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA - PS		
Porfírio Neves Afonso - MUJÃES - I		
António Pereira da Costa - NEIVA - I		
Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA - PSD		
Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO - PSD		
Vasco Augusto de Lima Morais Cerdeira - PERRE - I		
José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÁ - I		
Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO - PSD		
Augusto Eduardo Amorim Fernandes Soares - SERRELEIS - I - S		
Ilídio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA - PS		
Joaquim da Cruz Araújo - TORRE - PS		
Fernando Pimenta da Gama - AREOSA - PSD		
Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE - PS		
Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA - PS - 5		
Vítor Manuel Antunes da Silva - MONSERRATE - PS		
Amadeu Morais Bizarro - SANTA MARIA MAIOR - CDU - S		
Arnaldo Joaquim Ribeiro - VILA FRANCA - PS		
José Maria Santos Ferreira - VILA FRIA - PS		
Filipe Mendes Costa - VILA MOU - PSD		
Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos - VILA NOVA DE ANHA - PSD		
António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE - PS - 5		
António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA - I		



PRESIDENTES JUNTAS DE FREGUESIA Substituição nos termos da alínea c) n° 1 art° 38° da Lei n° 169/99, 18 Setembro	REGISTO ENTRADA	PONTO ORDEM TRABALHIOS
Serreleis - Antonio Borlido Parente		
Santa Maria Maior - Jose Maria Amieira Flores		
Meadela - Jose Adelino Rodrigues Gonçalves Borlido	 1666478/11	
Vila de Punhe - Antonio Manuel Marques da Cunha Costa	17618930	
<i>GENAS DO LINDO - STª MARIA</i>	<i>JOÃO BORLIDO</i> 169858945	

VOTO DE PESAR

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, reunida no dia 29 de Abril de 2011, expressa um voto de pesar em nome de todos os agrupamentos políticos (PS, PSD, CDS-PP, CDU, Bloco de Esquerda e os Presidentes de Junta do Concelho), com assento nesta Assembleia, pelo recente falecimento do Sr. Eng.º António Duarte Silva.

Duarte Silva foi trabalhador dos ENVC desde o dia 01 de Maio de 1972, pertencendo ao Conselho de Administração dos ENVC, em diversos mandatos até 03 de Janeiro de 2002, para assumir a presidência da Câmara da Figueira da Foz durante dois mandatos.

Foi Ministro do Mar e Ministro da Agricultura no XII Governo Constitucional 1991/95, tendo-lho sido atribuído o título honorífico de “Cidadão de Mérito” pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, como figura ímpar no contexto regional e nacional. Actualmente era Presidente da Assembleia-geral do Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Em nome da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, endereçamos à família enlutada, o presente Voto de Pesar.

A Assembleia Municipal

Viana do Castelo 29 de Abril de 2011



VOTO DE LOUVOR

Há cem anos - 5 de Abril de 1911 - um grupo de ilustres vianenses fundou a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Viana do Castelo. O centenário é sempre uma efeméride notável para qualquer instituição, mas a Delegação da Cruz Vermelha, mais que cem anos de existência, acaba de comemorar cem anos de solidariedade. Solidariedade e voluntariedade que sendo valores muito presentes na instituição, bem mereciam ser reconhecidos todos os dias pelo individualismo do nosso tempo. Por isso, o centenário da Delegação da Cruz Vermelha em Viana do Castelo é motivo de orgulho para toda a comunidade vianense, e nesta medida, semente de voluntários que prolonguem sempre mais o aniversário agora assinalado.

Todavia, os cem anos de parabéns à Delegação da Cruz Vermelha não dispensam o conhecimento das dificuldades que a instituição enfrenta todos os dias. Para continuar a responder às situações de emergência e de vulnerabilidade que constituem o fundamento da sua existência, a Delegação que sempre contou com meios materiais e humanos muito limitados, vive actualmente uma conjuntura agravada pelos contrangimentos que atingem todo o País.

A comunidade vianense e as suas organizações representativas, designadamente a Assembleia Municipal, muito embora orgulhosas deste centenário, não ignoram a generosidade e a perseverança necessárias para vencer as dificuldades de uma instituição que vive para socorrer os outros. E dentro dessas dificuldades, compreende-se que o socorro à emergência e à vulnerabilidade pressione a renovação da frota e a recuperação das instalações.

ASSIM,

a Assembleia Municipal de Viana do Castelo reunida em 29 de Abril de 2011, apresenta um VOTO DE LOUVOR à Delegação vianense da Cruz Vermelha Portuguesa pelo centenário da sua obra humanitária. E, nestes cem anos de solidariedade da instituição, a Assembleia Municipal que não esquece os vinte fundadores de 1911, manifesta o seu muito apreço aos profissionais, voluntários e direcção da Cruz Vermelha em Viana do Castelo.

A Assembleia Municipal,

Viana do Castelo 29 de Abril de 2011



SAUDAÇÃO, CELEBRAR ABRIL, VIVER MAIO

SAUDACÃO

Celebrar Abril, Viver Maio

A Revolução de Abril de 1974 trouxe ao Povo Português, a liberdade, a democracia, a esperança num mundo melhor.

A Democracia instaurada com o 25 de Abril veio trazer profundas mudanças à sociedade, transformando o País, resgatando-o do atraso económico e social em que vivia mergulhado e restituindo a liberdade ao Povo.

Decorridos 37 anos celebramos mais um aniversário do dia da Liberdade.

No entanto, fazemo-lo, num clima de grave crise económica que põe em causa todas as conquistas de Abril e ataca os direitos dos trabalhadores e das classes sociais mais desfavorecidas.

Celebrar o 25 de Abril é a afirmação da Liberdade e da Democracia na sua essência mais pura, e a demonstração de que o espírito daquele dia, continua a viver dentro de nós.

Celebrar Abril é viver em pleno o direito de festejar o dia 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador.

Pesem embora as vicissitudes que ao Povo Português hoje se colocam, celebramos com emoção o dia 25 de Abril, dia da Liberdade e 1º de Maio, dia internacional dos Trabalhadores.

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo reunida no dia 29 de Abril de 2011, saúdam a Revolução de Abril, o 1º de Maio, reafirmando a sua disponibilidade e vontade de continuar a lutar para cumprir Abril para festejar o dia do trabalhador, em liberdade e democracia.

Viva o 25 de Abril,

Viva o 1º de Maio.

Viana do Castelo, 29/04/2011

A Assembleia Municipal





Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo
Senhoras e senhores deputados municipais, presidentes da JF.....

.....

Na pessoa de V.Ex^ª, senhora Presidente, cumprimento todas as senhoras e senhores deputados, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores e público presente.

Três assuntos me trazem a esta tribuna e que, em nome do PSD, desejo apresentar a esta Assembleia.

O primeiro é para nos congratularmos com a medida aqui apresentada pelo PSD, em sessões anteriores, e que tem a ver com o facto de, finalmente, as ambulâncias dos Bombeiros Voluntários terem deixado de parquear na frente do quartel e lhes ter sido atribuído um outro local de estacionamento, pela Câmara Municipal. Fica, assim, **diminuída**, substancialmente, a perigosidade de acidentes rodoviários e constrangimentos de trânsito, gerando mais segurança a peões e automobilistas.

Mas não se pense que esta alteração limpou aquele local de preocupações. De facto, isso não acontece, porque em vez das ambulâncias **vêm-se agora, amiudadas vezes, veículos particulares e dos próprios Bombeiros estacionados no passeio, continuando os peões, muitas vezes, a terem de circular pela rodovia, com o conseqüente perigo de acidentes que tal situação continua a representar e que não pode ser ignorada.**

De facto, tal só acontece porque o sinal camarário de parar e estacionar, **sem qualquer excepcionalidade, existente na Rua dos Bombeiros, junto ao topo Norte do edifício da Câmara Municipal, não é minimamente respeitado nem obedecido**, o que requer - e para o efeito chamo a atenção do Sr. Presidente da Câmara - uma acção de fiscalização eficiente e atenta, por parte da PSP local, no mínimo tão eficaz como a que a mesma Polícia exerce diariamente, e em quase permanência, no espaço de oito lugares que a C M atribuiu aos bombeiros para as suas viaturas particulares na Avenida Afonso III.

Entendemos que o Sr. Presidente da Câmara deveria apresentar ao Comando da PSP esta preocupação, porque não pode haver cidadãos de primeira nem de segunda e a Lei tem de ser respeitada por todos. E penso, sinceramente, que o senhor Presidente desejará, também, igualdade de tratamento para os cidadãos e não quererá ficar associado, por inacção, a eventuais acidentes de viação que venham a ocorrer naquele local.

O PSD exige que se contrarie este sentimento de impunidade tão característico da nossa sociedade. A Polícia não pode ter tratamentos de favor para uns, e intolerância para outros, uma vez que ninguém se pode sobrepôr à Lei. E, nestas coisas, não há que ter contemplações. As autoridades policiais têm de ser um exemplo de isenção.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

E devo dizer, a propósito, que este problema não é uma obsessão do PSD, como se possa pensar, nem é ignorado pelos cidadãos, tendo mesmo sido glosado na queima do Judas, da Freguesia de Monserrate, de que passo a ler três quadras, e cito: (ver anexo)...

Um outro ponto que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse é o que se prende com o estado dos passeios da Rua de Aveiro, no espaço que medeia entre o edifício Palácio e e a sede do Governo Civil do Distrito.

Na verdade, não se compreende que com o Programa Pólis tenha sido intervencionada e requalificada toda a zona envolvente, tendo restado apenas aquele pequeno troço, cujos passeios se apresentam num estado lastimoso, destoando completamente do enquadramento existente, o que dá um mau aspecto à cidade, logo à entrada.

Finalmente, o PSD quer saber o que é feito do Conselho Municipal de Segurança, *que deve andar por aí perdido*, e cujo Regulamento foi aprovado pela maioria de esquerda desta Assembleia, há praticamente um ano, **sem nunca ter ocorrido uma única reunião para debater os problemas de insegurança na área do município!!!**

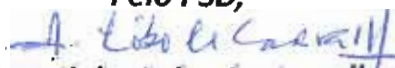
Já todos sabemos que o Partido Socialista é, por tradição, algo avesso às questões de segurança, mas, numa altura em que a criminalidade e a delinquência vêm aumentando, indiscriminadamente, é evidente que os cidadãos precisam de ser aconselhados pelas suas autoridades eleitas e protegidos por umas Forças de Segurança consciencializadas, equipadas e actantes, o que se consegue quando o interesse e os bons exemplos vêm de decisores sufragados, considerando que a segurança dos cidadãos é um bem inalienável.

Os vianenses merecem respeito e não nos parece que isto esteja a acontecer. Doutro modo, o dito CMS, mesmo com a composição anormal que o PS impôs e aprovou, já teria tido uma oportunidade para reunir. A menos que, por impossibilidade de juntar todos os seus membros, o PS esteja, já, arrependido de não ter aceitado a sugestão do PSD para reunir de forma restrita - bem mais expedita e operacional - nos precisos termos constantes da Proposta oportunamente apresentada nesta Assembleia Municipal.

A segurança de pessoas e bens tem de ser uma preocupação deste órgão autárquico, que não se pode eximir das suas responsabilidades perante os eleitores.

O PSD ^{Assém} ~~está~~ que, tão cedo quanto possível, seja conhecida e debatida a real situação sobre a criminalidade e insegurança, na área do nosso município.

Sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, 29.04.2011

Pelo PSD,

Agostinho Lobo de Carvalho

TESTAMENTO PÚBLICO E NOTÓRIO EM LETRA REDONDA DO JUDAS
ESCARIOTES PROCLAMADO NO DÉCIMO ANO DO MILÉNIO – ANO DE 2011
FREGUESIA DE MONSERRATE – VIANA DO CASTELO

Deixo um passeio bem largo
Mesmo em frente á Caridade
P'ros bombeiros, sem embargo
Estacionarem à vontade

É que os soldados da paz
Sem se saber por que meio
De repente catrapaz
Vão p'ra cima do passeio

E os peões, os caminheiros
Esta é que é a verdade nua
P'ra dar lugar aos bombeiros
Têm que andar p'lo meio da rua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

29/Abril/2010

PORTAGENS NA A27 E A28

(Período antes da ordem do dia)

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

Várias foram as moções e intervenções, nesta assembleia, contra a introdução de portagens nas SCUTS. Da esquerda à direita, várias foram as críticas, na campanha eleitoral de há ano e meio atrás. PS e PSD mostraram-se contra as portagens que eles mesmos vieram a impor às populações do Alto Minho.

Passados apenas alguns meses das últimas eleições, começamos de novo a ouvir brilhantes intervenções como às do cabeça de lista do PSD pelo distrito de Viana, “O modelo das SCUT foi imposto por um Governo socialista e fracassou ...” ou “É um mau exemplo da governação, uma trapalhada, e por isso o PS deve explicações”.

Citações como esta só servem para mostrar a demagogia que a partir de agora vamos começar a ouvir quase todos os dias, com o PS a responsabilizar o PSD pela introdução de portagens nas SCUTS, por outro lado o PSD a questionar a forma e não o conteúdo e a responsabilizar o PS.

O que a CDU sabe é que neste jogo do empurra já começa a ser difícil esconder que o PS e o PSD são os principais responsáveis pelo pagamento da utilização destas vias.

Consideramos que o erro não está na forma de como estas portagens foram introduzidas ou de como se irá introduzir nas restantes, mas sim no conteúdo, e reafirmamos a nossa firme convicção que estas vias não devem ser portajadas enquanto os pressupostos pelas quais foram construídas não se alterarem.

Viana do Castelo, 29/04/2011

O Agrupamento Político da CDU
O Deputado Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

29/Abril/2011

FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE INTRODUÇÃO DE GÁS CANALIZADO

(Período antes da ordem do dia)

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

Várias obras para abastecimento de gás canalizado e água têm sido feitas no nosso concelho, obras que consideramos de extrema importância para o desenvolvimento das nossas freguesias. Com a finalização destas intervenções, temos constatado que várias estradas ficam com o piso danificado. Assim sendo, gostaríamos de saber se está a ser feita fiscalização, no término das obras, e de quem é esta responsabilidade. Pensamos que estas intervenções são necessárias, mas também o bom estado das vias é fundamental dentro e fora da cidade.

Viana do Castelo, 29/04/2011

O Agrupamento Político da CDU
O Deputado Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Senhor Presidente, congratulo-me com a entrada em funcionamento, no Aterro Sanitário, da Central de Valorização Energética de Biogás, através da qual se produz energia eléctrica. Sem dúvida que se inicia uma nova fase de exploração, valorizando o biogás do aterro sanitário.

Segundo um estudo realizado por técnicos, existem garantias de que se vai produzir energia suficiente para abastecer “14 mil habitantes”. Tenho conhecimento que esta Central de Valorização Energética de Biogás funciona de uma “forma simples”, sendo o biogás que esta central queima gerado pela degradação da matéria orgânica dos resíduos. Este processo é uma mais-valia, tendo duas vantagens: produzir energia e melhorar a qualidade do ar.

Hoje, nota-se que a qualidade do ar melhorou nas freguesias limítrofes ao Aterro Sanitário. Este processo vem dar-me razão quando questionava o anterior executivo sobre a qualidade do ar, demonstrando a minha preocupação no que se refere à libertação para a atmosfera de gases, que podiam ser aproveitados.

Senhor Presidente, quero sugerir a este executivo que as freguesias de Vila Fria, Alvarães, São Romão de Neiva, Chafé e

Vila Nova de Anha sejam compensadas, pois foram estas populações que sofreram com a presença do Aterro Sanitário. Senhor Presidente, creio ser justo que estas freguesias vejam reduzida a factura mensal de energia e a suspensão da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Esta será a única forma de compensar estes munícipes que, ao longo destes anos, sofreram com os cheiros nauseabundos e a infiltração dos lixiviados no solo.

Senhor Presidente, para quando o início da construção da via rodoviária de acesso ao Porto de Mar - São Romão de Neiva - Darque? Reconheço o empenho do senhor Presidente da Câmara junto do poder central e julgo que o senhor Presidente tem condições privilegiadas, pois ambos pertencem à mesma família política. Espero que, a breve prazo, este projecto seja uma realidade.

Viana do Castelo, 29 de Abril de 2011

Agrupamento Político do CDS – PP





Assembleia Municipal de Viana do Castelo

EDITAL

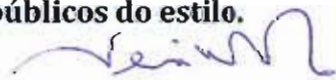
MARIA FLORA MOREIRA DA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia **29 de Abril** corrente (**Sexta-Feira**), com início pelas **21 horas**, realizar-se-á no **Castelo Santiago da Barra**, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
2. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E SMSB;
3. POSTURA DE TRÂNSITO NA ÁREA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO - ALTERAÇÃO;
4. PACTO DE AUTARCAS DA UE - ADESÃO;
5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA EM OUTRAS ENTIDADES;

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 8 de Abril de 2011

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



(DOCUMENTO Nº 9)



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

Informação do Presidente

Reunião da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011

Gostaria de referenciar os seguintes assuntos desde a última informação prestada à Assembleia Municipal realizada a 25 de Fevereiro:

Realizou-se, em Aveiro, no passado dia 25 de Fevereiro, um **Encontro Nacional dos Gabinetes de Acção Costeira**, que contou com a presença do Secretário de Estado das Pescas e do Gestor do PROMAR. O GAC Litoral Norte, que é presidido por Viana do Castelo, apresentou um resumo das acções em curso e uma primeira abordagem das candidaturas já recepcionadas dos dois primeiros avisos/convites;

Os Municípios da **Polis Litoral Norte** (Viana do Castelo, Caminha e Esposende) reuniram a 4 de Março, com o Eng^o Veloso Gomes, para análise dos fenómenos de erosão marítima sentidos na orla costeira, decorrentes dos últimos temporais. Nessa reunião, foi aprovada uma metodologia de trabalho para intervenções urgentes de contenção da erosão, antes do próximo inverno, que será exposta à Administração da Região Hidrográfica do Norte;

No âmbito das comemorações da Cidade do Vinho 2011, os produtores de vinho das Terras de Geraz estiveram presentes na "**Feira do Vinho**", certame virado para a **exportação**, que ocorreu no Palácio da Bolsa no Porto;

O executivo camarário efectuou **visitas de trabalho às freguesias** de Barroelas, Deocriste, Vila Franca, Torre, Vilar Murteda, Darque, Meixedo, Afife e Subportela, em que pode constatar as várias obras em curso na rede viária, infra-estruturas desportivas e culturais e no alargamento das redes de água e saneamento;

No passado dia 10 de Março realizou-se uma reunião com o **Secretário de Estado dos Transportes**, para análise dos transportes públicos rodoviários do distrito e avaliação dos estudos da modernização da via férrea, do troço entre Nine e Viana do Castelo;

Foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre a Autarquia e a **Movijovem**, a 14 de Março, que vai permitir que os jovens das escolas, associações desportivas e culturais possam utilizar as Pousadas de Portugal;

O Município de Viana do Castelo recebeu a 15 de Março a visita do **Ministro do Turismo da Venezuela**, que se deslocou aos Estaleiros Navais, tendo na ocasião efectuado uma visita ao Centro Histórico da Cidade de Viana do Castelo.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

No dia 15 de Março, **Dia Dos Direitos do Consumidor**, celebrou-se um Protocolo de Colaboração entre o CIAB e a Autarquia, que contou com a presença do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O Município de Viana do Castelo recebeu, a 16 de Março, uma delegação da **Câmara de Pessac** (França), tendo sido avaliados vários aspectos que configuram uma eventual geminação.

A 17 de Março, o Município de Viana do Castelo recebeu uma delegação de **Reitores da República de Angola** que esteve em Portugal para avaliar formas de cooperação no Ensino Superior entre os dois países.

A Autarquia recebeu no Salão Nobre os **alunos de Erasmus** que estão no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, dando a conhecer a nossa história e a nossa cultura, estabelecendo assim uma relação de amizade e de cooperação com outros povos.

O CMIA abriu uma nova exposição “ **Floresta, um Património de Todos**”, que assinala o Dia da Floresta e o Ano Internacional da Floresta, em parceria com a Autoridade Florestal Nacional, Gabinetes Florestais e Europac Viana.

Celebrou-se o **231º Aniversário dos Bombeiros Municipais de Viana do Castelo**. Nesta sessão foi também apresentado o inovador projecto que integra as informações relativas a acidentes ocorridos nos últimos anos no âmbito da Protecção Civil Municipal.

No dia 24 de Março, decorreu na Biblioteca Municipal o lançamento do **Plano Europeu de Acção para a Coesão Social** do Conselho da Europa, no distrito de Viana do Castelo, que contou com a presença da senhora Gilda Farrel e Senhor Samuel Thirion. Esta iniciativa visou apresentar as preocupações e propostas sociais do Conselho da Europa para os fundos do próximo quadro comunitário.

Realizou-se o **Fórum Viana do Castelo “ Cidades de Futuro, Atracção pelo Mar”**, no passado dia 25 de Março, em parceria com o Diário Económico. Este Fórum teve como objectivos informar os investidores nacionais dos projectos em curso no concelho e despertar o investimento na reabilitação urbana e turismo náutico.

A ANECRA promoveu, no passado dia 26 de Março, em Viana do Castelo, o **Encontro Empresarial do Sector Automóvel** do Alto Minho, com o apoio da Autarquia, em que foram referenciados os problemas do licenciamento, questões ambientais do sector e as iniciativas em curso da associação para fazer face à crise nas vendas.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

O Arqº Souto Moura recebeu o Prémio Pritzker 2011, o equivalente ao Nobel da Arquitectura. Este galardão mundial da arquitectura vem reafirmar a cidade de Viana do Castelo como uma cidade referência da arquitectura moderna, visto o Arqº Siza Vieira já ter recebido, em 1992, o mesmo galardão.

Viana do Castelo, no âmbito da programação cultural e turística para o mês de Abril, designada “**Páscoa Doce**”, efectuou uma campanha na Galiza e em Portugal de promoção deste destino cultural e turístico. A “**Páscoa Doce**” em Viana do Castelo, com um programa muito variado, decorreu com grande participação e envolvimento de todas as entidades envolvidas na sua organização. Destaca-se também nesta iniciativa o **I Encontros Vínicos do Vinho Verde**, evento técnico promovido pela Ordem Engenheiros, Comissão de Vinhos Verdes, Autarquia, Escola de Hotelaria, Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Entidade de Turismo Porto e Norte.

Realizou-se, no dia 2 de Abril, na freguesia de Afife, uma **homenagem a Pedro Homem de Mello**, em que foi apresentado um livro com poemas inéditos. Esta iniciativa foi organizada em parceria pela da Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Afife, Associação do Casino Afifense e Tertúlia Pedro Homem de Mello.

Viana do Castelo participou, no passado dia 5 de Abril, no **II Forum de Desenvolvimento e Inovação**, das áreas de fronteira na cidade de Vigo. Este evento apresentou os programas transfronteiriços em curso na Europa, referenciando também os projectos da região Norte no âmbito da economia e conhecimento do mar.

A Delegação de Viana do Castelo da **Cruz Vermelha** celebrou o seu centenário com um conjunto de iniciativas que culminaram com uma cerimónia na Av. Combatentes da Grande Guerra, em que fizeram juramento novos voluntários desta instituição humanitária.

No passado dia 7 Abril, o **Gabinete de Acção Costeira do Litoral Norte**, participou em Olhão numa reunião de coordenação dos sete GAC's do Promar (Programa de Apoio às Comunidades e Actividades Piscatórias) em que foram debatidos temas de interesse das comunidades piscatórias e as acções em curso em cada uma das estruturas.

Nos passados dias 14 e 15 de Abril realizou-se, na cidade portuária de Santander, a Assembleia Geral da Primavera da **RETE** (Associação das Cidades Portuárias). Nesta reunião Viana do Castelo apresentou o programa da Assembleia Geral de Outono, que se realiza na nossa cidade.

O Município de Viana do Castelo, no âmbito do programa **MVC FINICIA** já apoiou a criação de quatro novas Empresas em Viana do Castelo, com um investimento global de cerca de 350.000 euros.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Gabinete do Presidente

O Município de Viana do Castelo aprovou um voto de pesar pelo falecimento do Eng^o Duarte Silva. **Duarte Silva** foi, durante vários anos, administrador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e foi agraciado pela Autarquia como cidadão de mérito;

Viana do Castelo acolheu uma delegação da **cidade de Riom**. Esta cidade faz no próximo ano 30 anos de geminação com Viana do Castelo. O Município proporcionou à delegação de Rion a participação em várias iniciativas culturais, tendo também organizado reuniões com empresários, associações culturais e desportivas.

Foi apresentação o projecto “ **Garfo Verde** “, um programa apresentado pela equipa da alimentação do Gabinete da Cidade Saudável, em parceria com a APHORT, ULSAM, Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo em que participam cerca de 27 Restaurantes. Este projecto pretende promover hábitos de alimentação saudável e estimular os restaurantes a dietas mais saudáveis.

Está em curso a segunda edição dos “ **Contornos da Palavra**”, iniciativa organizada pela Biblioteca Municipal, que este ano é dedicado à literatura de viagens.

Neste mês de Abril não podemos deixar de fazer uma referência às comemorações do **25 de Abril**, evocando todos os que através da sua generosidade contribuíram para a instauração da Liberdade e da Democracia em Portugal. É também nos momentos difíceis, como os que atravessamos, que damos mais valor aos ideais de Abril, contribuindo com o nosso trabalho e com o nosso sentido de serviço público para a construção de um país mais justo e solidário.

José Maria Costa



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Execução Orçamental Ano 2011

Período - 2011 / 01 / 02 a 2011 / 04 / 26

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
12.007.700,74€	14.207.750,42€	20,16%	10.063.785,86€

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego

27-04-2011

12

PROCESSOS JUDICIAIS

PROCESSO- 180/99 – 3º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Maria Lurdes Rodrigues Vieira
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Obra Escola Primária S. Romão do Neiva
ESTADO ACTUAL- Suspenso por óbito da autora

PROCESSO: 10/2000
ESPÉCIE- Impugnação fiscal
AUTOR/RECORRENTE- João Cunha Correia e outro
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. liquidação de taxas
ESTADO ACTUAL- Decisão TCA.Recurso procedente.Voltou à 1ª instancia

PROCESSO- 385/2000 – 4º Juízo Cível TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- David Manuel Borlido Lopes e Mulher
REU/RECORRIDO- Outro e Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Defeitos de construção
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 777/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Maria Glória Vaz Sousa e marido
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 ver Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso para 2ª instância.

PROCESSO- 1112/01 – 5º Juízo TAC Porto
ESPÉCIE- Recurso Contencioso
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo



OBJECTO/PEDIDO- Anulação despachos Ver. Área Funcional PGU
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso STA

PROCESSO- 1135/02 – TAF Porto
ESPÉCIE- Acção Popular (recurso Contencioso)
AUTOR/RECORRENTE- Associação Empresarial de Viana do Castelo
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional P.G.U.
ESTADO ACTUAL- Recurso para o STA

PROCESSO- 1059/04.7BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Maria Isabel Ribeiro de Abreu Bacelar Cabido e Outros
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho determinação Obras
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1123/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum - Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Transportadora Senhora da Graça, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Acção Procedente.

PROCESSO- 1323/04.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Pereiras & Ribeiro, S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto liquidação T.I.U.
ESTADO ACTUAL- Impugnação Improcedente. Prazo de recurso.

PROCESSO- 219/04.0TBVCT – 1º J. do T.J.V.C.
ESPÉCIE- Expropriação
AUTOR/RECORRENTE- Maria Júlia Santos
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Expropriação eixo transversal areosa – 2ª fase
ESTADO ACTUAL- Recurso acórdão árbitros



PROCESSO- 1083/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos e Outros
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;b)Suspensão eficácia declaração urgência expropriação Edifício Jardim;
c)Suspensão eficácia Plano Pormenor Centro Histórico na parte implantação Edifício Jardim.
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª instância

PROCESSO- 1110/05.3BEBRG – TAF Braga U.O. 1
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Antonino da Silva Antunes e Outros
REU/RECORRIDO- Estado
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e Outros
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª Instância.

PROCESSO- 1147/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- José Marçal Gonçalves Teixeira
REU/RECORRIDO- Estado Português
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso TCA-N

PROCESSO- 1191/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 2
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum -Forma Ordinária
AUTOR/RECORRENTE- Viana-Burger Restauração, Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização despejo fracção sem licença de utilização
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1312/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.2
ESPÉCIE- Providência Cautelar
AUTOR/RECORRENTE- Abílio Gonçalves Teixeira e Outros
REU/RECORRIDO- Estado Português
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO- a)Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;
ESTADO ACTUAL- Recurso para o T.C.A..

PROCESSO-654/05.1BERRG
ESPÉCIE -Impugnação
AUTOR/RECORRENTE- Aurora Luísa Ferreira Salgado Cadeco
REU/RECORRIDO -Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO -Impugnação Fiscal
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente

PROCESSO- 655/05.0BEBRG – TAF Braga 3ª U.O.
ESPÉCIE- Impugnação fiscal
AUTOR/RECORRENTE- José António Rei Ramos Amorim
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação liquidação taxas infra-estruturas urbanísticas
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente, anulando-se a liquidação.

PROCESSO- 747/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- António Pais Matos Reis
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação processo disciplinar
ESTADO ACTUAL- Aguarda sentença.

PROCESSO- 1204/05.5BEBRG – TAF Braga U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Antonino Silva Antunes (e outros)
REU/RECORRIDO- Ministério Ambiente, Ord. Território e Desenv. Regional
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO: Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1281/05.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia -Transportes Colectivos de Viana do Castelo Lda.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Passageiros
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão.

PROCESSO- 1343/05.2 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos (e outros)
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo



OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 1354/05.8 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Processo cautelar
AUTOR/RECORRENTE- José Joaquim Alves (e outros)
REU/RECORRIDO- Estado Português
Contra-Interessado- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão

PROCESSO: 219/06.0BEBRG TAF Braga – UO2
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN - Telecomunicações Móveis S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto administrativo embargo
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 813/06.0BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Alves Lousinha
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem demolição
ESTADO ACTUAL- Acção Improcedente.

PROCESSO- 1243/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum forma sumária
AUTOR/RECORRENTE- Alberto Alfredo Sá Lourenço
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

PROCESSO- 1467/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais S.A.
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem remoção antena comunicações móveis
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

JL

PROCESSO- 1582/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. intenção de ordenar reposição terreno
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO- 87/07.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos
AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis
REU/RECORRIDO- Municipio de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação embargo
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão.

PROCESSO-85/07.9 BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA
ESPECIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR/RECORRENTE: TMN-Telecomunicações Móveis
REU/RECORRIDO-Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação
ESTADO ACTUAL – Ac. Procedente

PROCESSO – 324/07.6BEBRG – U.O.1- TAF Braga
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericson Telecomunicações, Lda.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Renovação Antena (Santa Maria G. Lima))
ESTADO ACTUAL – Aguarda decisão.

PROCESSO- 345/07 – TJVC
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário
AUTOR/RECORRENTE- Maria Dulce Quintas Rodrigues e outros
REU/RECORRIDO- JF de Alvarães e CMVC
OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direito de propriedade sobre prédio
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO – 406/07.4 BEBRG – TAF Braga
ESPECIE – Processo Cautelar
AUTOR/RECORRENTE – Ericsson Telecomunicações, Lda.
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Remoção Antena – Santa Maria Maior
ESTADO ACTUAL – Oposição

JL

PROCESSO – 417/07.OBEBRG – 2ª U.O. – TAF Braga
PROCESSO – 512/07.5BEBRG – U.O.2 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.


PROCESSO – 628/07.8BEBRG – U.O. TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Geraz Lima
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 697/07.0BEBRG – U.O. TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Maior
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 754/07.3BEBRG – U.O.2 TAF Braga
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas- Meadela
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

PROCESSO – 3696/07.9.TBVCT
ESPECIE – Acção Processo Sumario
AUTOR/RECORRENTE – António da Piedade Rei e outros
REU/RECORRENTE- SMSBVC e Aguas do Minho e Lima SA
OBJECTO/PEDIDO – Reconhecimento propriedade e indemnização
ESTADO ACTUAL – Julgamento. Aguarda decisão.

PROCESSO – 540/08.BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Outros processos cautelares
AUTOR/RECORRENTE – Virgin Flower- Comércio Internacional de Flores, Lda
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão eficácia ordem embargo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.



PROCESSO – 1578/08.6BERG-U.O.1 TAF Braga
ESPECIE – Acção Administrativa Especial
AUTOR/RECORRENTE – José Carlos Santos Loureiro e outros
REU/RECORRIDO – Município de Viana do castelo, Ministério da Agricultura
Desenvolvimento Rural e Pescas e Estado Português (representado pelo M.P.)
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade Norma Plano Director Municipal de
Viana do Castelo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

PROCESSO – 1705/08.3BERG-U.O. 1 TAF Braga
ESPECIE – Acção Administrativa Especial
AUTOR/RECORRENTE: Carlos Alberto da Torre Borlido
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Revogação Despacho Vereador do Pelouro
ESTADO ACTUAL – Recurso para o T.C.A.

PROCESSO: 1447/08.0BEBRG – UO1 TAF BRAGA
ESPÉCIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR – Richard David Buckley e mulher
REU – Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO – Anulação acto administrativo
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

PROCESSO- 1964/08.1TBVCT
ESPÉCIE- Acção Ordinário
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Pereira Vicente e Outro
REU/RECORRIDO- José Silva Lima e Outro
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

PROCESSO: 1052/08.0BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Especial
AUTOR: José Marçal Gonçalves Teixeira
Contra Interessado: Morviana – Construções, SA e Outros
RÉU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO:
ESTADO ACTUAL: Contestação

PROCESSO: 697/08.3TAVCT – TJVC
ESPECIE: Inquérito
AUTOR: SMSBVC
RÉU: Nuno António Alves Martins de Sousa
OBJECTO/PEDIDO:
FASE: Julgamento

PROCESSO – 676/09.3BEBRG – U.O.1 TAFB
ESPECIE – Prov. Cautelar
AUTOR –OPTIMUS TOWERING
REU – Município de Viana do Castelo
C. INTERESSADO – Junta Freguesia de Darque
OBJECTO/PEDIDO: Suspensão Ordem de Remoção do Vereador de 16/3/09
ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

PROCESSO – 677/09.1BEBRG – U.O.1 TAFB
ESPECIE – Prov. Cautelar
AUTOR: Optimus Towering
RÉU: Município de Viana do Castelo
C. Interessada: Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Ordem de Remoção Vereador de 16/3/09
ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

PROCESSO – 814/09.6BEBRG UO 1 TAFB
ESPECIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR: BE Towering
REU – Município de Viana do Castelo
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador
ESTADO - Contestação.

PROCESSO – 816/09.2BEBRG – UO 1 TAFB
ESPECIE – Ac. Adm. Especial
AUTOR – BE Towering
REU – Município de Viana do Castelo
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador
ESTADO – Contestação

PROCESSO – 964/09.9BEBRG
ESPECIE – Ac. Processo Sumário
AUTOR – Joaquim Mário Miranda Silva
RÉU – Instituto Portuário e de Transportes Marítimos e Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO-PEDIDO: Indemnização
ESTADO: Contestação



PROCESSO: 1180/09.5BEBRG – TAFB
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Luísa Maria de Oliveira Martins
RÉU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO:
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2352/09.8TBVCT – TJV Castelo
ESPECIE: Ac. Proc. Ordinário
AUTOR: Luziamar, Sociedade Promotora do Turismo Vianense, SA.
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Reconhecimento de Propriedade
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1485/08.2 BEBRG TAF Braga
ESPECIE: Processo de Impugnação
AUTOR: Adérito Jorge de Abreu Cardoso
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho Vereador
ESTADO: Impugnação julgada parcialmente procedente

PROCESSO: 133/09.8BEPRT – TAF do Porto
ESPECIE: Ac. Executiva – U.O. 2
AUTOR: Manuel Carlos da Costa Marinho
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Suprir deficiências
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1656/09.4BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Ordinária
AUTOR: Manuel Luís Martins Gigante
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização
FASE: Contestação

PROCESSO: 1606/07.2BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: António Dantas da Cunha e outros
REU: Vianapólis/Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade/Anulação da D.U.P. do Edifício Jardim.
FASE: Contestação



PROCESSO: 1667/09.0BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Gilberto de Carvalho Enes
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Anulação de adjudicação de fornecimento.
FASE: Contestação

PROCESSO: 932/10.8 TBVCT – 2º Juízo – TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Idalina Maia Madeira
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 929/10.8TBVCT – 3º Juízo – TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Ernesto Manuel Macedo Sotto Mayor
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 930/10.1TBCT – 2º Juízo – TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Carla Sofia Leite Pires Costa Peixoto
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 931/10.1TBVCT – 2º Juízo TJCT
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Maria Gorete Freitas Dias Maciel
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 927/10.1TVCT – 2º Juízo TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Graça Maria Parente Ribeiro Correia
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 926/10.3TVCT - 3º Juízo TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Cândida Maria Gonçalves Lima Cavaleiro da Silva
ESTADO: Julgamento



PROCESSO: 923/10.9TBVCT – 1º juízo TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Paulo Gonçalves Francês
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 919/10.0TBVCT – 2º Juízo Cível TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: José Simões
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 918/10.2TBVCT – 3º Juízo Cível TJVC
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)
AUTOR: Município de Viana do Castelo
REU: Maria de Fátima Miranda da Costa Leitão
ESTADO: Julgamento

PROCESSO: 302/10.8BEBRG BRAGA, U.O. 1
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: Deproma – Derivados e Produtos de Madeira, Ldª.
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade do Acto ou Revogado o Acto
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 687/10.6BEBRG – U.O.1 TAF Braga
ESPECIE: Ac. Sumaríssima
AUTOR: Augusto Gomes de Castro
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 800/10.3BEBRG – UO 1 TAF Braga
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: José Paulo Esteves Martins Pinheiro
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade do Acto que revogou o despacho de 26 de Maio de 2009
ESTADO: Contestação



PROCESSO: 553/10.5 – UO1 – TAF Braga
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial
AUTOR: João de Deus Monteiro Gonçalves e outro
C.I. Câmara Municipal de Viana do Castelo
REU: Ministério do Ambiente, Ordenamento Território e do Desenvolvimento Regional
OBJECTO/PEDIDO: Anulação de pareceres
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 775/10.9 – UO1 – TAF Braga
ESPECIE: Ac. Especial Administrativa
AUTOR: Manuel Gomes de Sá Alves
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de nulidade/anulação da ordem de demolição
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 1384/10.8BEBRG – TAF Braga
ESPECIE: Ac. Adm Comum - Sumário
AUTOR: Maria de Fátima Vieira da Cruz Correia
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Restituição quantia.
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 860/10.7BEBRG - TAF Braga
ESPECIE: Processo de impugnação
AUTOR: Nortegás, Lda
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Arquivamento do acto tributário.
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2012/10.7BEBRG - TAF Braga
ESPECIE: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos
AUTOR: Alcídio Afonso da Rocha Lima
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Anulação do acto de demolição
ESTADO: Contestação



PROCESSO:70/11.6BEBRG – TAFBRAGA
ESPECIE: Providência Cautelar
AUTOR: STAL-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local
RÉU: Município de Viana do castelo
OBJECTO/PEDIDO: Providência ser julgada procedente
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 203/11.2 BEBRG – TAFBRAGA
ESPECIE: Providência Cautelar
AUTOR: STAL
Réu: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Providência ser julgada procedente
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2257/11.0BEBRG – TAFBRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Especial
AUTOR: SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Anulação da Deliberação da Câmara Municipal de 2010.06.14
ESTADO: Contestação

PROCESSO:411/11.6BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Ordinária
AUTOR: Rui Avelino Torres Martins
REU: Município de Viana do Castelo e outros
OBJECTO/PEDIDO: Pedido de indemnização
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 2257/10.0BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Especial
AUTOR: Georgina Maria Ferreira Alves
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO:
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 601/11.1BEBRG – TAFBRAGA
ESPECIE: Prov. Cautelar
AUTOR: Modelo Continente Hipermercados, S.A.
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Redução horário
ESTADO: Contestação



PROCESSO: 684/11.4BEBRG – TAFBRAGA
ESPECIE: Prov. Cautelar
AUTOR: Bricodis – Distribuição de Bricolage, SA
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO/PEDIDO: Redução horário
ESTADO: Contestação

PROCESSO: 564/11.3BEBRG – TAF BRAGA
ESPECIE: Ac. Adm. Especial
AUTOR: Ana Maria Pontedeira S. Senra
REU: Município de Viana do Castelo
OBJECTO7PEDIDO: Declaração de anulabilidade despacho administrativo.
ESTADO: Contestação

Chefe da Divisão Jurídica,



Dr^a Isabel Gonçalves Costa





CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:-**-----

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da minuta da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia dezoito de Abril corrente, consta a seguinte deliberação: -----**

--- (02) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E SMSBVC:- Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- "**PROPOSTA - RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2010** - A proposta que hoje apresentamos para aprovação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados reporta-se ao exercício de 2010. Não podemos deixar de referir que tivemos um enquadramento económico e financeiro europeu e nacional desfavorável, que motivou alguma pressão na desaceleração da economia com reflexos na actividade económica local, mas com cortes significativos no segundo semestre das transferências da Administração Central. Apesar deste enquadramento, a gestão financeira rigorosa e a poupança corrente efectuada, permitiram que tivéssemos uma taxa de execução de 70,3 %, superior à taxa realizada em 2009. O Município no ano de 2010 conseguiu arrecadar receitas no valor de 54,11 milhões de euros, tendo obtido a aprovação de candidaturas a fundos comunitários no valor de 5,5 milhões de euros, um valor superior à média obtida dos últimos cinco anos. Estes fundos comunitários foram aplicados nas obras dos centros escolares, redes de abastecimento de água, redes de saneamento e na requalificação da rede viária municipal. Apesar das dificuldades financeiras, o Município transferiu uma verba de 5,15 milhões de euros para as Juntas de Freguesia, que foi um valor superior ao valor transferido no primeiro ano do mandato anterior. A Autarquia foi sensível ao trabalho de proximidade que as Juntas de Freguesia realizam diariamente e que tem produzido bons efeitos através dos protocolos de parceria e colaboração celebrados nas diversas áreas de actividades. O Município de Viana do Castelo iniciou em 2010, e está a continuar no corrente ano, um programa de redução das despesas correntes na iluminação pública, eficiência energética dos edifícios municipais, redução das despesas de transportes e severas reduções na aquisição de serviços externos, o que nos permite redireccionar estas verbas para o investimento. As actividades realizadas pela Autarquia no ano de 2010 foram intensas na área do planeamento, com alterações de regulamentos e planos de pormenor, estudos urbanísticos, modernização administrativa, simplificação de procedimentos na gestão urbanística, redução de taxas e



incentivos à reabilitação urbana. No domínio da educação concluíram-se o módulo do secundário da Escola de Lanheses, a abertura do Centro Escolar de Santa Marta de Portuzelo, a nova Escola ampliada de Afife, a requalificação e ampliação do Jardim e Escola de Mazarefes, as reparações dos telhados e de logradouros de várias escolas e jardins, apoio nos transportes escolares, serviço de cantinas escolares, apetrechamento informático, serviços educativos e actividades de promoção do livro e da leitura. Na cultura desenvolveram-se as actividades de promoção das nossas tradições, com as Festas d'Agonia e as Festas das Freguesias, Festivais de Folclore, abertura de novos núcleos museológicos, actividades musicais, apoio às nossas escolas e bandas de música. Iniciaram-se em 2010 acções inovadoras na promoção e dinamização do centro histórico, envolvendo a restauração e as pastelarias, com especial relevo para a promoção dos nossos produtos artesanais. Iniciou-se também um processo de colaboração com Serralves que teve na preparação da Bienal de Artes, Design e Arquitectura um momento importante em colaboração com o IPVC e outras instituições. A acção social promoveu e cooperou com as IPSS's na fundamentação e apoio, no âmbito da rede social, para a aprovação de candidaturas para equipamentos sociais (creches, centros de dia e cuidados continuados). Iniciou-se a preparação do plano de desenvolvimento social e a carta dos equipamentos sociais. Foi também apoiado um projecto social para Darque em parceria com outras instituições locais. No desporto efectuaram-se diversos apoios a obras de requalificação de infra-estruturas desportivas das associações, reforçaram-se protocolos com clubes para os relvados sintéticos e iniciaram-se os projectos para os clubes náuticos integrados no centro de mar. Apoiaram-se ainda em 2010 diversas provas desportivas, da qual salientamos a Volta a Portugal em bicicleta e a Meia Maratona Manuela Machado. Efectuaram-se durante 2010 inúmeras obras de alargamento de redes de água e de saneamento, instalação de sistemas de telegestão, substituição de redes de rega dos jardins, modernização e certificação de serviços municipais. Foram também continuadas e concluídas obras de beneficiação da rede viária, cemitérios e equipamentos das freguesias. Os nossos serviços municipais e dos serviços municipalizados realizaram durante o ano de 2010 um inestimável serviço à comunidade vianense, apesar dos constrangimentos de horários e de recursos existentes. Gostaria de deixar uma palavra aos nossos Bombeiros Municipais pelo trabalho abnegado e sentido de sacrifício demonstrado no ano de 2010, em que tivemos um ano excepcional de incêndios, pelo apoio que deram às populações em risco. Uma palavra de apreço também aos Bombeiros Voluntários, à Cruz Vermelha, à PSP e à GNR pelo apoio, bem como a todas as corporações do país e a muitos voluntários (funcionários e técnicos municipais) que nos ajudaram. As Juntas de Freguesia são também merecedoras de igual reconhecimento pelo empenhamento cívico que demonstraram no apoio ao combate e nos serviços de logística aos bombeiros. (a) Jose Maria Costa." Concluída a apresentação, registaram-se as intervenções dos Vereadores Carvalho Martins e Aristides Sousa, que teceram várias considerações a respeito dos documentos apresentados. Seguidamente o Vereador Vitor Lemos, na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, fez por sua vez a



apresentação das Contas e Relatório destes Serviços. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo-se registado o seguinte resultado:- 4 votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vitor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre e Maria José Guerreiro, 3 abstenções dos Vereadores Carvalho Martins, Ana Palhares e Mário Guimarães e o voto contra do Vereador Aristides Sousa, pelo que foram os mesmos aprovados por maioria. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 64º, número 2, alínea e), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções.-Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - Lamento que o relatório de actividades e contas de gerência de 2010 da Câmara Municipal de Viana do Castelo não apresente numeração de páginas, o que dificulta o trabalho, mais ainda quando o debatemos com outros, como é o caso. É um registo que mais parece um conjunto de anexos, que evidencia, mais do que o facto, a necessidade de rigor, e não prestigia a instituição pública. Como "Relatório Estratégico" é um documento pobre, que nada diz, que nada comenta, e como tal, reprovável. O **CDS-PP vota contra** o presente relatório e contas, antes de mais, pelo facto do mesmo não espelhar uma política clara de gestão tendente a adequar as contas do município à crise económica e financeira que o país atravessa. Perante a evolução negativa da receita, que obrigava a uma especial atenção sobre a despesa, atendendo ao princípio do **equilíbrio orçamental**, as despesas com pessoal aumentaram 7%, atingindo um encargo fixo de 30% do orçamento executado, uma exorbitância. Da execução, e feita uma análise comparativa dos resultados desde 2007, verificamos que, não obstante as receitas próprias do município advirem sobretudo de taxas e impostos no valor máximo (dos quais destacamos o IMI e participação em 5% da colecta do IRS), verifica-se uma degradação dos resultados que, e não obstante o virmos reclamando, não consolida as contas da participada VianaPólis). Mas, mais que grave e mais preocupante que os resultados, é verificarmos a confirmação de uma tendência que, sendo explicável, não é para o CDS-PP aceitável, tendo em conta a realidade e a necessidade de dotar o município de finanças sustentáveis. Como venho dizendo, muita da despesa apresentada como necessária não é imprescindível, e só esta deve ser realizada para diminuir o passivo da Câmara Municipal. É verdade que o resultado foi positivo, é verdade que em 2010 houve uma poupança de 7,7 ME, mas também é verdade que tudo isto foi



obtido pela via da penalização do investimento e não pela via da redução da despesa corrente. No último triénio, os **Resultados Operacionais** sofreram uma quebra de 78,0% e os **Resultados Líquidos** uma quebra de 83,0%. Impõe-se a tomada de medidas que invertam esta tendência. Com estes resultados, com 17,7 milhões de euros de obrigações não pagas no final do exercício orçamental, com 11,5 milhões de euros de dívidas a fornecedores, com a dilação de prestações de dívida e do respectivo juro e com o agravamento do passivo a curto, médio e longo prazo (actualmente nos 23,8 ME e muito próximo do limite da capacidade de endividamento do município – 30,6 ME), o Executivo não consegue apresentar um sinal positivo em termos de “**Rácios Financeiros**”, confirmando-se mais uma preocupante tendência a nível de Autonomia Financeira, Cobertura do Imobilizado, Solvabilidade, Liquidez Geral e Liquidez Reduzida. Numa análise mais fina, verificamos que:- → (fl 17b) a taxa de execução orçamental evidencia o que o CDS-PP tem vindo a denunciar, reclamando mais rigor na elaboração do orçamento: há sobre dotação no orçamento previsional de investimento, sendo que a execução fica abaixo dos 50%; → (fl 7 a 9) a tendência dos resultados nos últimos 3 anos confirma-se a degradação da situação financeira e da gestão da Câmara. Justificar com a crise é insuficiente, é desculpa para camuflar a incapacidade de inverter a tendência do aumento da despesa sem que a este corresponda receita, para o satisfazer. Em termos absolutos, a solvabilidade da Câmara, entre 2007 e 2010, desceu 100 pontos percentuais; → (fl 7b) os custos operacionais aumentam, sem que com isso se vejam melhores resultados e mais serviços à população. A justificação apresentada para o facto não é de todo sólida, pois, verificadas as contas e analisado o rácio diminuição de proveitos / aumento dos custos operacionais (aumentam + 3 ME), verifica-se que são estes que relevam para a diminuição dos resultados operacionais em cerca 7 ME desde 2007. → a despesa com pessoal consome a totalidade das receitas dos impostos directos (no máximo), indirectos, taxas, multas e outras penalidades, verificando ainda um crescimento da receita decorrente na participação na colecta de IRS; → as Grandes Opções do Plano previstas para 2010 têm uma execução no ano de 50%, sendo o investimento adiado, mais ainda quando são investimentos que respondem a carências sentidas ora na administração da Câmara ora pelas populações. Ficaram assim adiadas: ➤ a instalação dos Quadros Interactivos nas escolas; ➤ a modernização das cantinas escolares; ➤ o Centro Escolar de Alvarães pelos sucessivos chumbos do Tribunal de Contas; ➤ o Arquivo Municipal; ➤ o Auditório do Centro de Arte e Cultura (Esc. Prof. Música); ➤ a Piscina de competição no Centro Náutico; ➤ a Pista de Skate no Parque da Cidade; ➤ o reforço da Área Social, sendo cada vez mais moribundo o funcionamento da CPCJ e do CLAS; ➤ a recuperação das urbanizações Municipais, que são só lavadas pela fachada; ➤ o Parque Empresarial de Vila Fria; ➤ a Zona industrial de Alvarães, que começa agora os primeiros passos; ➤ a mudança da Feira de Darque para o terreno comprado; ➤ a Passagem inferior da Linha Férrea em Carreço, como o Senhor Presidente da Junta já reclamou aqui; ➤ a conservação da rede viária municipal, que vai agora ter algumas intervenções, conforme votámos na última reunião; ➤ a ETAR na Zona Industrial II; ➤ a Sistema de Transportes Públicos que aguarda no quadro da CIM; ➤ os portais online, numa política de proximidade nas freguesias e de administração aberta e transparente; ➤ a qualificação e recuperação



da orla costeira, quer o património natural quer o património histórico edificado, no quadro da participação no Polis do Litoral. Finalmente é de destacar o fraco investimento na criação de alternativas ao estacionamento pago, caro, na cidade. A falta de estacionamento gratuito é um problema grave para a economia urbana do concelho, agravado com a impensada e atabalhoada introdução de portagens na A28 e com o comprometimento do executivo socialista de eliminar o estacionamento livre no Campo d' Agonia. Este problema acentuará a dificuldade em tornar o Centro Cultural de Viana do Castelo (ex-multiusos e ex-coliseu) um equipamento sustentável, mas disso o futuro nos dará razão. Investir muito não é sinónimo de investir bem. Porque o CDS-PP é uma força política responsável, porque faz o trabalho de casa, e porque se preocupa com o futuro, votei contra, para que o executivo e toda a vereação tomem consciência que, se nada for feito, esta tendência irá manter-se e, muito provavelmente, no próximo ano estaremos a analisar um resultado negativo. (a) Aristides Sousa. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD** - A posição dos Vereadores do PSD após análise do Relatório e Contas quer da Câmara Municipal quer dos Serviços Municipalizados é de abstenção. Abstenção por uma razão simples que temos afirmado e reafirmado, que estes documentos são a materialização em números das opções da maioria socialista. Números que não contestamos, que partimos do princípio que estão correctos, que foram preparados por funcionários competentes da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados. Contestamos isso sim as opções. Estas não seriam as nossas opções como aliás ficou bem vincado na discussão do orçamento para 2010. Este não seria o nosso caminho, logo nunca seria o nosso Relatório e Contas. Algumas notas de análise dos Relatórios:- 1. Uma melhoria que é de assinalar do documento do Relatório e Contas da Câmara, facilitando a sua análise e comparação; 2. Redução dos fundos comunitários, da receita total, da despesa total e nesta salientar que 83,7% é despesa corrente e só 49,8% é despesa de capital. Era bom que estes rácios começassem a mudar ou seja que o peso da despesa de capital na despesa total aumentasse. 3. Taxa de execução foi de 70,3%. 4. Aumento do IMI. Continuamos a pensar que era urgente ter uma politica activa deste imposto para dinamizar o centro histórico. Na analise do consumo de agua por freguesias urbanas, facilmente se chega à conclusão que há uma redução de consumo só nas freguesias de Santa Maria Maior e Monserrate, o que prova que este problema é um problema real ou seja cada vez menos gente a viver no centro histórico. É urgente inverter este ciclo. 5. Redução das taxas e licenças, da derrama e do investimento global. 6. Analise das transferências para as juntas de freguesia demonstra de forma clara a gestão do ciclo politico ou seja picos de transferência em 2005 e 2009 (ano de eleições) o que nos merece uma forte critica porque como é obvio gasta-se muito mais do que o se deve. 7. Todos os rácios financeiros são claros (degradação significativa dos mesmos). Passivo médio longo prazo em 2007 - 34.295.482 €; 2010 - 58.108.145 € (Palavras para quê...) O passivo bancário aumentou 14,1% passando de 20.941.625€ para 23.889.296€. 8. Redução dos consumos intermédios o que é positivo e de assinalar, mas crescimento das despesas com pessoal. Este relatório confirma tudo aquilo que ao longo de 2010 fomos afirmando a urgência de reduzir a despesa corrente. Em relação ao Relatório dos Serviços



Municipalizados como temos afirmado, é um relatório bem feito, claro e objectivo, salientando-se a redução da aquisição de bens e serviços em 9%, a necessidade de racionalizar/reduzir o trabalho extraordinário e a necessidade de melhorar as perdas comerciais de água. Realça-se os resultados positivos do exercício em 1.331.199 €. Uma nota adicional para a necessidade de ter as contas de Viana Polis pois os seus efeitos podem ser muito negativos nas contas da Câmara Municipal. Dai a necessidade urgente de termos as contas fechadas para percebermos de uma vez por todas as consequências destas no relatório de Contas da Câmara Municipal. (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares; (a) Mário Guimarães." **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS** - A oposição, apesar da clareza da explicação e dos documentos apresentados, parece ignorar a crise europeia e nacional que teve reflexos nas contas do Município em 2010, quando critica a redução de receitas municipais do exercício de 2010. Apesar destas dificuldades objectivas que se traduziram em menores receitas, importa lembrar que a alteração das taxas do IMI em menos vinte por cento, efectuadas em 2009, resultaram numa quebra de receitas para a nossa Autarquia em cerca de um milhão de euros, que só agora se começa lentamente a recuperar. Do lado dos custos, também não podemos ignorar o aumento do preço do petróleo, com o consequente aumento do preço da energia, que aumentou significativamente os custos de funcionamento dos nossos equipamentos (escolas, pavilhões, piscinas, etc). Com a política em curso por este executivo, de poupança e eficiência energética, esperamos reduzir em 2011 e 2012 significativamente as despesas correntes nestas áreas, que já foram iniciadas em 2010. O executivo no ano de 2010, fez um esforço na poupança corrente, que ultrapassa os sete por cento, arrecadando verbas necessárias para garantir o nível de investimentos próprios para assegurar as candidaturas aos fundos comunitários. Tivemos um exercício de 2010 rigoroso, atento às despesas correntes e com um conjunto de iniciativas e projectos que ajudaram a consolidar a aposta na qualificação das nossas crianças e jovens, apoios sociais, alargamento de infra-estruturas básicas, acolhimento empresarial e promoção turística, defesa do nosso património e cultura popular e melhoria de acessibilidades. (a) Jose Maria Costa." - - - - -

- - - **Está conforme o original.** - - - - -
- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** - - - - -
- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e nove de Abril do ano dois mil e onze.** - - - - -

PROPOSTA

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo,

O Grupo Parlamentar do PSD propõe que os documentos relativos ao “Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas da CMVC e SMSB” sejam submetidos à votação da Assembleia de forma distinta:

2.1. – Relatório de Actividades;

2.2. – Documentos de Prestação de Contas da CMVC e SMSB;

Grupo Parlamentar PSD, Viana do Castelo 29 de Abril de 2011.

Ex. ~~ma~~ Sra. Presidente

...

Dig. ma Sra. Presidente da Mesa e estimados membros desta Assembleia: sempre que indigitado pelos meus pares para me pronunciar sobre as propostas do Plano e Orçamento, apresentados por diversos executivos municipais socialistas, sucessivamente legitimados pelo eleitorado vianense, fi-lo com muita honra, com lizura e com a nobreza que a minha condição de cidadão ao mesmo tempo sonhador e herdeiro do melhor de Abril me proporciona e permite. Foram sempre actos de esperança, porventura timbrada de sonho, que se projectaram em realidade no amanhã de cada exercício, ^{FINDO} realidade essa, algumas vezes, até, superada, para benefício dos vianenses, mais do que para nosso contentamento. Fi-lo sempre com apelo às exigências éticas da justiça e da verdade, pese embora a minha fidelidade à força política que sustenta a Câmara. Aqueles que me conhecem mais de perto, sabem bem que a verdade e a justiça são critérios que utilizo, mesmo aquando da controvérsia política.

Hoje, Sra. Presidente e Srs. Deputados, assumo aqui a mesma honra, a mesma lizura e

igual nobreza, para me pronunciar sobre o Relatório de Actividades e Prestação de Contas relativos ao exercício de 2010 e confesso que me deixei invadir por algum receio.

Receio porque, não obstante a conjuntura vivida pelo país, ademais tratando-se de 1.º ano de mandato (que todos sabemos ser tendencialmente de contenção face ao exercício anterior), as actividades e números indicados pela Câmara deixam-nos imensamente satisfeitos, merecendo o nosso aplauso e aprovação.

Dirão: lá vem o tom laudatório do costume. Mas não, e daí o meu receio: é que, defender um relatório destes, atentas as circunstâncias de todos conhecidas em que operou a Câmara, torna-se demasiado fácil e, todos sabemos, facilitar na evidência pode ^{facilitar} ~~deturpar~~ a nossa apreciação, *estão passando a mensagem.*

E fácil por quê?

Porque, Sra Presidente e Srs deputados, apreciando o relatório em discussão, verifica-se um dinamismo na actividade do executivo que, para além de diversificado e multidisciplinar, apresenta uma especial vocação para a qualidade naquilo que se faz e pretende.

Com efeito, na busca da excelência ambiental, a gestão urbanística tem sido cuidada e criteriosa, com especial preocupação na área do planeamento, em que se alteraram regulamentos e planos de pormenor, elaboraram-se estudos urbanísticos, simplificou-se o procedimento na gestão urbanística, reduziram-se taxas e incentivou-se a reabilitação urbana;

A título de exemplo: foi executado o Plano de Mobilidade Eléctrica; concluiu-se a alteração do Plano de Pormenor do Parque da Cidade; alteração do Plano da Frente Ribeirinha e Campo d'Agonia; estudos de reabilitação da EN 13, em Darque e traçado base da via do Vale do Neiva.

Atinente a esta área, em termos de modernização aministrativa, introduziu-se a tramitação digital de operações urbanísticas; promoveram-se acções de informação e formação no regime Jurídico de Urbanização e Edificação; foi renovada a certificação dos serviços, tendo-se efectuado ao longo do ano 21.735 atendimentos gerais, 2.771 atendimentos técnicos, admitidas 54 comunicações prévias e emitidos 314 alvarás de construção. Importa referir, porque é um dado inquestionavelmente surpreendente, que os processos de licenciamento de obras tiveram um aumento de 33 % .

No âmbito da ambicionada excelência, que tem sido apanágio, em diversos sectores, dos executivos socialistas, estão os projectos do Programa Polis Litoral Norte da envolvente do Forte de Santiago da Barra, Porto de Vinha e acesso/estacionamento da Praia de Carreço, estando em curso os projectos dos Planos de Praia de Afife (concretamente: Ínsua, Afife e Arda); valorização das frentes ribeirinhas da Praia Norte/Coral, Cabedelo/Darque, da Amorosa/Chafé e Pedra Alta/Castelo do Neiva.

É a feliz aposta do executivo na relação harmoniosa entre o homem social e o meio ambiente, característica prevalecente da cidade moderna.

A talhe de foice, no que à coesão territorial diz respeito, vem a Câmara aprofundando as suas relações com as quarenta freguesias, através de projectos e parcerias.

Estabeleceram-se diversos protocolos de colaboração nos domínios da educação, cultura, desporto, rede viária, manutenção de espaços urbanísticos, protecção da floresta contra incêndios, limpeza e valorização de jardins e espaços verdes e valorização da orla costeira.

Para que tudo isto fosse possível e porque também se analisam números neste Relatório, mesmo trabalhando com a envolvência de um cenário de crise, mesmo com os cortes que houve nas transferências

de verbas da Administração Central, este executivo, Sra Presidente e Srs deputados, transferiu para as 40 freguesias mais de € 5.000.000, que representa mais que o transferido no 1.º ano do mandato anterior.

Mas há muito mais de relevante a assinalar neste relatório de actividades: a aposta séria, determinada, deste executivo, na educação, na cultura e no desporto.

Na educação, a qualificação do parque escolar, concluindo o módulo do secundário da Escola de Lanheses, a abertura do Centro Escolar de Santa Marta de Portuzelo (que registo com muito agrado, embora a minha ambição, permitam-me que o diga, fosse mais além); ampliação e requalificação da Escola de Afife (Escola Adães Bermudes) e outras intervenções noutros estabelecimentos, não tendo faltado o apoio nos transportes escolares, *apoio informático com* fornecimento de 66 quadros interactivos, actividades de promoção do livro e da leitura e o serviço de 761.491 refeições, com o controlo de qualidade do IPVC.

Na cultura continua o milagre de preservar o que de melhor têm as tradições, nas Festas da Agonia e nas freguesias, apoio e promoção do folclore, designadamente nos festivais, abertura de novos núcleos museológicos, apoio às actividades musicais e às escolas e bandas de música.

Saliência especial para as acções realizadas na Biblioteca “À Conversa Com...”, que contou com as presenças de Rui Cardoso Martins, João Tordo, Alexandre Lucas Coelho, José Luís Peixoto, Gonçalo Tavares, Valter Hugo Mãe, Moita Flores, Francisco José Viegas, e Mário Zambujal.

O projecto “Contornos da Palavra”; as Comemorações do Centenário da República (sobretudo exposições e palestras); representação de Portugal, através de Viana do Castelo, na Expo de Shangai; deslocação da Mordomia da Sra d’Agonia a Santiago de Compostela; Celebração da Cultura Pesqueira (projecto desenvolvido em Monserrate); a Páscoa Doce; a Mostra de Embarcações Tradicionais; o Encontro de Bandas de Gaitas; o Encontro de Bandas Filarmónicas em Barroselas; o Encontro de Filatelia do Vale do Neiva e o Encontro de Grupos “*a capella*”.

Relevo ainda para o início do processo de colaboração com a Fundação de Serralves, tendo-se iniciado o processo da Bienal de Artes, Design e Arquitectura, em colaboração com o IPVC e outras instituições.

Participou em eventos e feiras promocionais, nomeadamente na FEMAGA-Feira de Mostras do Lugo; FIMO-Feira de Mostras de Ferrol; FERPALIA-Feira de Turismo da Galiza (Pontevedra) e INTUR-Feira Internacional de Turismo de Valladolid.

Garantiu-se a aprovação, pela Associação de Municípios do Vinho que Viana seja “Cidade do Vinho 2011”.

No Desporto, para além dos apoios em obras de requalificação de infra-estruturas desportivas das associações, reforçaram-se protocolos com clubes para os relvados sintéticos; apoiou-se a aquisição de embarcações para os clubes náuticos e iniciaram-se os projectos para as actividades náuticas integradas no centro de mar.

Centro de Mar esse que evoluiu já com a elaboração dos projectos das infraestruturas desportivas, para o Remo, Surf, Vela e Canoagem, que aguardam o aviso para as candidaturas ao QREN.

Apoio a provas desportivas, como a Milha Urbana; o Euro Junior de Surf; o Campeonato de Portugal Team Racing (Classe Optimist em juvenis); Taça do Mundo de esgrima (com a presença de 19 países); chegada da 7.ª etapa da Volta a Portugal em Bicicleta e Meia Maratona manuela Machado (com a participação de cerca de 4.000 pessoas).

Sra Presidente, Srs Deputados:

Em tudo se verifica, através da análise ao relatório, que há uma política concertada; sustentada; diria que articulada, no seu todo, numa óptica interdisciplinar e sempre tendo por ambicionada

referência a excelência das condições de vida de Viana do castelo e suas freguesias.

Para tudo isto, teve de haver muito empenho e competência desta equipa camarária, para obter a aprovação de candidaturas a fundos comunitários no valor de 5.5 milhões de euros, que é tão só, pasme-se, um valor superior à média obtida nos últimos cinco anos, sendo que o pico de 2009 se deve ao término de algumas aplicações. Tais verbas foram aplicadas nas redes de água, saneamento, escolas e na mobilidade (passagens de nível, arruamentos, etc...).

Tudo isto com uma poupança nas despesas correntes de 7,7 %.

congratulado-me também, que com a actividade dos serviços municipais, bem como com a dimensão de 2009. via a aquisição de bens e serviços.

Releve-se ainda, a aposta no pacto de diminuição da emissão de CO2, com redução de energia e irradiação do consumo de combustíveis fósseis, no que será apoiada, no desenvolvimento do plano de acção e incremento de medidas, pela Agência de Energia do Alto Minho.

[Handwritten signature] Retirar algum mosaico dum painel, deforma a imagem no seu todo, concerteza, mas creio ter deixado *fr* uma ideia *aproximada* do sucesso do exercício desta equipa camarária.

Não menciono a aposta nas microempresas e empreendedorismo jovem através do FINICIA; centro histórico; parques empresariais; promoção da marca de Viana do Castelo.

Antes falo, com muito orgulho, da consolidação em que aposta o executivo quanto à estruturação da rede social concelhia, o seu programa na Área social, em especial com a 1.ª infância e os idosos.

Aprovadas foram 6 novas creches: no Centro Paroquial de Promoção Social e Cultural de Darque; Centro Social e Paroquial Subportela; Posto de Assistência/Alvarães; Centro Social e Paroquial de Deão; Paróquia de S. Pedro de Barroselas; Centro Social e Paroquial de Perre e Centro Social e Paroquial de Areosa, que ainda não solicitou a comparticipação do município.

Quanto aos idosos: Apoio à Fábrica da Igreja Paroquial N S. Fátima (Centro de Dia e Berço Igreja); Centro de Darque (Lar e Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Dia e apoio Domiciliário); Ass. Reformados e Pensionistas V. Castelo (Centro de Dia e Apoio Domiciliário); C.Social Paroquia de Deão (Lar); C S Par Vila franca (Remodelação e Ampliação – Lar); Paróquia de S. Pedro de Barroselas (Auditório, salas de formação); Paróquia de N S Socorro (Centro Social e Paroquial); Centro Social de Lanheses (Apoio Domiciliário); Fábrica da Igreja paroquial de Santiago de C Neiva (Apoio Domiciliário e Centro de Dia); Fábrica Igreja Paroquial Santa Cristina Meadela (Beneficiação do telhado); há ainda vários projectos que ~~ainda~~ não solicitaram apoio, mas que integram a política do município nesta matéria: em Freixieiro de Soutelo, Areosa, Vila de Punhe,

Lanheses, Carreço, Vila Nova de Anha e instituições, como aAPPACDM e o GAF.

Isto são medalhas para si, Sr Presidente e todos os que o acompanham.

Viana já não é só a cidade das bandeiras azuis, do verde e da cúmplice reconciliação entre os diversos elementos naturais. Viana é, para além de tudo quanto a tem tornado apetecível nos últimos anos: realmente AMOR.

Sra. Presidente e Srs. Deputados:

Termino aqui
Invoco o nosso ilustre amigo, Alberto Abreu: o pássaro fez ninho e pôs ovos.

Noé Rocha - PS

GRUPO PARLAMENTAR PSD

**Sra. Presidente da Assembleia e Restantes Elementos da Mesa,
Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores,
Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta e demais Presentes,**

Analizamos com toda a atenção e cuidado os documentos distribuídos acerca do Ponto da ordem de trabalhos em apreço: “Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas da CMVC e SMSB”.

Devo, antes de quaisquer observações, salientar as seguintes notas:

1. Quanto à CMVC, nos documentos de prestação de contas, não existem fundamentos para efectiva contestação dos números apresentados, quer porque partimos do princípio da sua correcção, quer porque não discutimos a competência de quem os preparou. Reconhecemos até, um esforço de melhoria na forma como estes documentos têm vindo a ser apresentados, facilitando a sua análise e comparação;
2. Relativamente aos SMSB, uma vez mais é notório o cuidado colocado na apresentação dos documentos. Reflectem certamente uma clareza de opções que podem ser constatadas na prática.

Feito o enquadramento destes dois pressupostos, o PSD apenas acrescenta o seguinte:

O que li, da proposta do Sr. Presidente da Câmara, é um conjunto de números e resultados, com uma preocupação latente de justificação

contextualizada na forma como executivo decidiu gerir o Município. De acordo com as suas opções, que não são as nossas.

É um conjunto de argumentos, utilizados na expectativa de disfarçar o passado indisfarçável da gestão socialista dos últimos anos da Câmara Municipal. Entendemos, por outro lado a preocupação do Sr. Presidente. Acredite, essa preocupação é a nossa desde há muito tempo, tal como o temos vindo a manifestar publicamente.

Mas responder-me-á o Sr. Presidente: "...temos um conjunto importante de obras e acções levadas a cabo pela Câmara Municipal...". Indiscutível! Mal Seria que assim não fosse. Nem tudo pode ser mau. Há obras bem feitas. Há acções bem feitas. (Cá estará certamente o Sr. Deputado Noé para as enumerar... não me cabe a mim). Nunca encarámos a política tendo subjacente o espírito da "crítica pela crítica". O problema, é que há demasiadas que foram mal feitas e assim permanecem. Algumas sem explicação, outras tratadas com demagogia política e, arrisco-me até a dizer, com uma certa leviandade e sobranceira na forma como são geridas e tratadas (quer as opções em si, quer quem delas pede esclarecimentos). Em todas elas os intervenientes são os mesmos – O Sr. Presidente da Câmara actual, o seu Antecessor e os membros do executivo socialista.

E é sobre isto que eu discuto. Os números, esses, apenas reflectem as opções. Se as opções forem boas, os números maus tornam-se inevitavelmente bons.

A questão é recorrente. Aquilo a que assistimos da Câmara Municipal é uma gestão do orçamento e uma ausência total de gestão estratégica para o nosso concelho. Uma gritante e reiterada falta de ideias, uma preocupação em "tapar buracos". Uma preocupação em mudar o nome

às coisas para tapar esses buracos... Refugiam-se constantemente na crise, não fossem os Senhores os eternos discípulos e seguidores do Eng. Sócrates e da sua política, que nos fez chegar ao estado em que estamos. Se a crise é um facto que serve de justificação, que não discuto, então desculpem-me, mas os senhores são co-responsáveis. Aliás, esta não é a primeira vez que estabeleço uma analogia entre aquilo que tem vindo a ser a forma de gestão do País e desta Câmara Municipal. Têm ambas um pormenor em comum: gestão socialista. Mas nem por isso esta convergência de ideias tem servido de alguma coisa para o desenvolvimento da região, que em momentos chave nos tem demonstrado que há uma total inexistência de “peso político”. Naquilo em que poderíamos convergir, nos aspectos de facto importantes para a Cidade e para o Concelho, vimos depois a constatar que afinal mais não são do que projectos que mais parecem feitos “em cima do joelho”, pouco sustentados, artificiais, falaciosos. Alguns até meramente eleitoralistas que alimentam o desperdício dos escassos recursos que nos levaram a ter. A Câmara Municipal brindou-nos com um alegado plano de marketing “Viana no Coração”, perdão, não sei se é plano porque o Sr. Presidente nunca nos esclareceu acerca do que pretendia efectivamente com essa nova imagem, quais as áreas de intervenção, os seus retornos, o seu verdadeiro enquadramento, o seu custo/benefício. Este pequeno exemplo, muito sério quanto a nós, serve para verificarmos que, aquilo que nos parecia uma boa iniciativa, que deveria ser o corolário de um plano estratégico para o Concelho, afinal não passa de um coraçãozinho para colocar em envelopes e papel timbrado e para enfeitar os pasquins que acompanham

(+) - CONSER - NOME?
PROJECT?

regularmente a factura da água, facto que, uma vez mais, consideramos lamentável.

Meus Senhores,

Este números são o resultado da gestão da Câmara Municipal. Essa gestão pode ser feita de duas formas:

A primeira, apelando à crise e fazendo uma **gestão administrativa do orçamento**. É aquilo a que temos assistido: dizendo que se investe muito, que se fazem grandes obras com arquitectos famosos, mesmo sem saber como vão ser pagas e sem conhecer qual o seu verdadeiro retorno, (e, citando os companheiros do CDS na sua declaração de voto: “investir muito não é sinónimo de investir bem”), fazendo obras nas obras já feitas, semeando parques de estacionamento a pagar e a servir os interesses de investidores em detrimento do interesse comum dos munícipes, com a agravante em tudo isto de, ainda hoje, não termos o mínimo conhecimento destas contas (e falo da *Pólis*) e do seu verdadeiro impacto neste orçamento, fazendo depois um apelo à compreensão dos Srs. Presidentes de Junta para apertarem o cinto e, que afinal, aquele caminho lá da freguesia vai ter de esperar mais um pouco, ou, então, dizendo a alguns fornecedores que já esperam há alguns meses, que vão ter de esperar mais.

~~...~~ * insatis em erro de contas apenas desse investimento.
Ou,

Como segunda forma de gerir, e esta é a do PSD de Viana do Castelo, a Câmara Municipal tem a capacidade para, definitivamente, estabelecer um plano estratégico integrado para a região, pensando a

cidade e o Concelho. Percebendo onde estamos e onde queremos estar a médio prazo. Não falo de meras intenções. Lamento, contudo, que esta forma de gerir tenha já 20 anos de atraso na sua aplicação. E lamento também, sem querer estar a inventar nada, porque é do senso comum, que os Senhores ainda não tenham tido a coragem e a capacidade necessárias para a por em prática. Não gosto de me refugiar em ideologias políticas quando de gerar desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida das populações se trata, não sou radical nem tenho nenhuma fórmula mágica, mas tenho de reconhecer que os Senhores não têm sabido dar ao Concelho os sinais e as acções concretas para que consigamos otimizar as potencialidades da nossa Região. Este executivo, à semelhança dos anteriores socialistas, não consegue “sair do quadrado”. Não vou negar a falta de vontade em algumas áreas, fruto do cariz que alguns Vereadores imprimem aos seus Pelouros, mas manifestamente é insuficiente e não é integrado. E, depois, adicione-se a tudo isto a preocupação na gestão política dos assuntos por quem detém o poder, que se sobrepõe às boas iniciativas.

Como em tudo na vida, há que fazer opções.

Esta, meus Senhores, é a destrição entre “gerir com base num orçamento” (ao qual apelido de política distributiva) e “efectuar um orçamento com base nas opções” (aquilo a que chamo estratégia). Factos diferentes e de difícil assimilação. Sendo que o orçamento constitui uma das muitas ferramentas importantes de gestão. Mas há muitas outras, como certamente saberão.

Dito isto, resta-me apenas acrescentar que o PSD apresentou uma proposta para votação deste Ponto da Ordem de trabalhos tendo por base os seguintes argumentos:

Não partilhamos das opções desta Câmara Municipal e, portanto, o **Relatório de Actividades** pouco nos acrescenta. É um documento que, em coerência com a posição que temos vindo a manifestar não pode ter o nosso voto favorável.

Reiteramos, acerca da estrita análise dos **Documentos de Apresentação de Contas**, enquanto documentos técnicos, que, com base nas informações disponíveis e na competência de quem os elaborou, denotando até melhorias na sua elaboração, estes documentos não merecem a nossa contestação.

Grupo parlamentar do PSD, 29 de Abril de 2011.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO DE 2010

No seguimento do que sempre temos referido, o relatório de Atividades e Prestação de Contas, continua a não ser um documento de fácil análise.

O problema radica no fato de, nos Planos de Atividades, se não mencionarem, pelo menos por pelo menos, os problemas existentes, as linhas estratégicas propostas e as verbas necessárias para os resolver, registando-se agora apenas, no Relatório de Atividades, as metas não atingidas e a justificação para as que não terá sido possível alcançar.

Como poderemos avaliar a qualidade e a quantidade do trabalho desenvolvido, por exemplo no Pelouro da Educação, se no Plano de Atividades nada se diz:

. quanto à adequação, necessidades de manutenção ou de refuncionalização das instalações e dos espaços pedagógicos existentes do parque escolar do concelho;

. quanto aos equipamentos e aos materiais de apoio pedagógico existentes e aos julgados necessários para, nas diferentes áreas programáticas, se garantir o cumprimento integral dos programas escolares, especialmente na esquecida Área das Expressões, tão importante para o desenvolvimento dos alunos;

. quanto á necessidade (ou não) da criação do anunciado Centro de Ciência Viva e do apetrechamento das escolas, nesse sentido, incluindo as do 1º CEB, de modo a criar o interesse pela Ciência e a incentivá-las à investigação;

. quanto à necessidade (ou não) da criação de estruturas de apoio às atividades de complemento curricular, cultural e científico, de investigação, de formação/ informação e de dinamização e animação pedagógica (centros de recursos, núcleos bibliográficos, didactecas e ludotecas);

. quanto ao programa de Acção Social Escolar existente e às melhorias a introduzir de forma a garantirem-se, nestes tempos de profunda crise, as condições para o sucesso dos alunos;

. quanto à necessidade (ou não) do levantamento qualificado do património natural e construído de concelho, em suportes vários, para ser colocado à disposição dos alunos, dos professores e das escolas, tendo em atenção que só formaremos cidadãos do mundo se levarmos as nossas crianças a conhecerem e a amarem a sua freguesia, o seu concelho e o seu país.

Não estando, assim, na posse desses elementos que consideramos necessários à análise pretendida, limitar-nos-emos a uma apreciação dos dados da Conta da Gerência.

Da análise comparativa dos números de 2010 com os dos últimos três anos, verificamos:

- a) que os Impostos Diretos respeitantes ao I.M.I e ao Imposto de Circulação apresentaram uma ténue subida desde 2007 e que, ao contrário, têm vindo a decrescer, embora de um modo não alarmante, o I.M.T. e a Derrama. No total, o montante dos Impostos Diretos foi de 15.778.512 euros em 2007 e de 14.476.436 euros em 2010.

IMPOSTOS DIRETOS RECEBIDOS

Designação	2007	2008	2009	2010
I. M. I.	8.309.494	9.378.194	8.431.103	8.621.662
Imposto Circulação	1.125.635	1.135.965	1.309.469	1.385.097
Derrama	1.297.235	528.441 1.104.981	1.558.086	1.275.436
I. M. T.	5.046.146	2.802.774	3.360.899	3.194.466
Totais	15.778.512	14.950.267	14.659.557	14.476.663

b) que se regista uma quebra, no montante dos Impostos Indiretos recebidos, especialmente no ano de 2010, na rubrica Loteamentos e Obras.

IMPOSTOS INDIRETOS RECEBIDOS

2007	2008	2009	2010
1.165.181	656.117	610.117	344.650

e) que quanto aos valores da execução dos Planos de Atividades houve uma quebra dos 81,1% em 2007 para os 63,6% em 2010 e, na execução da Despesa de Capital, no mesmo período, uma descida dos 71,2% para os 49,8%.

Teremos de afirmar, porém, que a leitura pelas percentagens alcançadas nada significa, já que os 81,1% de 2007 corresponderam a uma verba de 47.629.230 euros e os 63,6% de 2010 a um montante de 53.935.670 euros. E o mesmo se poderá dizer em relação à Despesa de Capital, já que os 71,2% executados em 2007 corresponderam a um montante de 23.674.173 euros e os 49,8% registados em 2010, a um gasto de 24.947.748 euros.

O que fica cabalmente demonstrado é que as verbas orçamentadas, nos vários Planos de Atividades, estão cada vez mais inflacionadas.

EXECUÇÃO DOS PLANOS DE ATIVIDADES APROVADOS (SÓ CÂMARA)

Ano	Orçamentado	Executado	% do Executado
2007	58.193.123 E	47.629.230 E	81,1%
2008	68.604.092 E	49.716.991 E	72,5%
2009	81.460.448 E	56.242.717 E	69%
2010	84.764.554 E	53.935.670 E	63,6%

EXECUÇÃO DA DESPEAS DE CAPITAL (SÓ CÂMARA)

Ano	Orçamentado	Executado	% do Executado
2007	33.253.318 E	23.674.173 E	71,2%
2008	41.058.684 E	24.736.531 E	60,2%
2009	47.079.738 E	26.066.009 E	55,4%
2010	50132.443 E	24.947.749 E	49,8%

- d) que o mesmo se passa se observarmos as verbas orçamentadas e executadas no que respeita às Grandes Opções dos Planos dos últimos 4 anos. Os 74,4% do executado em 2007 corresponde a uma obra no valor de 28.251.178 euros, enquanto que os 52,5% do executado em 2010 a uma importância de 29.086.06 euros.

GRANDES OPCÕES DOS PLANOS

Ano	Orçamentação Corrigida	Executada	% do executado
2007	37.952.898 E	28.251.178 E	74,4%
2008	46.084.926 E	29.124.630 E	63,2%
2009	53.277.563 E	31.446.665 E	59,2%
2010	55.401.767 E	29.086.062 E	52,5%

- e) que quanto ao controlo das Despesas Correntes e das Despesas de Capital há uma evolução que nos tem de preocupar. Se é verdade que houve, em 2010, uma poupança nas Despesas Correntes de 7.743.341 euros, também é verdade que, numa altura de forte crise económica e financeira que deveria levar a uma diminuição da Despesa Corrente, se verifica que esta tem vindo a crescer nos anos de 2009 e 2010, em relação a 2007 e 2008, passando dos 50,3% para os 53,7% acontecendo o contrário na Despesa do capital que desceu dos 49,7% para os 46,3% em 2010.

DESPESAS CORENTES / EXECUÇÃO

RUBRICA	2007	2008	2009	2010
Despesas com pessoal	11.131.053	11.705.378	15.204.091	16.173.108
Aquis. B. Serviços	9.334.993	9.532.289	10.394.864	8.985.683
Juros outros encargos	492.317	618.995	592.625	319.846
Transf. Corrente	2.710.082	2.803.490	3.559.972	3.244.471
Outras transf.	286.669	320.306	425.153	264.811
Totais	23.955.056	24.980.459	30.176.707	28.987.920
Percentagem despesa Geral (Corrente)	50,3%	50,2%	53,7%	53,7%

DESPESAS DE CAPITAL/ EXECUÇÃO

-----	2007	2008	2009	2010
TOTAIS	23.674.173	24.736.531	26.066.009	24.947.749
Percentagem despesa Geral (Capital)	49,7%	49,8%	46,3%	46,3%

- f) que os montantes, quer das Transferências Correntes quer das de Capital, têm subido de ano para ano. A descida nas percentagens deve-se apenas ao inflacionamento dos orçamentos dos Planos de Atividades que nada têm a ver com a realidade.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Período	Orçamentado	Recebido	%
2007	13.981.666	12.991.027	92,9%
2008	14.697.257	13.846.962	94,2%
2009	17.408.773	16.880.456	97%
2010	18.032.886	16.951.046	94%

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Período	Orçamentado	Recebido	%
2007	21.041.932	8.580.010	40,8%
2008	27.400.362	9.932.051	36,2%
2009	24.498.314	11.731.498	47,9%
2010	28.483.529	12.436.554	43,7%

g) que, para além das preocupações com o aumento do valor das Despesas Correntes, nos últimos dois anos, são ainda fortes motivos de alerta;

1. A constante subida do valor dos empréstimos bancários;
2. A constante subida das dívidas aos fornecedores;
3. A constante subida do passivo de médio e longo prazo;
4. A constante descida da autonomia financeira, da solvabilidade, da liquidez geral e da liquidez reduzida, que se vêm acentuando de forma preocupante.

EMPÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2007	2008	2009	2010
Totais	13.225.860	17.423.481	20.941.628	23.889.296

DÍVIDAS A FORNECEDORES

2007	2008	2009	2010
4.917.062	8.896.531	9.390.884	11.559.183

OUTROS DADOS COM INTERESSE PARA ANÁLISE

Áreas	2007	2008	2009	2010
Passivo de médio e Longo prazos	34.295.482	40.972.881	49.476.400	58.108.146
Autonomia financeira	315,18%	273,21%	232,40%	200,20%
Solvabilidade	263,82%	216,65%	188,09%	160,99%
Liquidez Geral	54,33%	35,10%	18,28%	10,09%
Liquidez Reduzida	51,62%	33,08%	16,45%	8,71%

Felicitamos o Conselho da Administração dos Serviços Municipalizados pelo rigor e pela clareza da informação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas que apresentou e pelo reconhecimento que expressou “ a todos os seus colaboradores que ao longo do ano se empenharam no desempenho das suas tarefas, tornando possível que os Serviços Municipalizados tenham obtido um desempenho reconhecido pela Entidade Reguladora e por todos os Vianenses “.

Reconhecemos que, embora com a discordância da CDU em muitos aspectos do desenvolvimento do Plano de Atividades a Câmara tem obra feita.

Assim, apesar da observância da falta de rigor e de clareza do Relatório de Atividades e Prestação de Contas apresentado pela Câmara Municipal; de preocupações sérias quanto ao endividamento da Câmara; de alguns reparos à falta de equilíbrio detectada na distribuição das verbas às freguesias; da não resolução do problema que continua a constituir o Prédio Coutinho e dos consequentes gastos com a Viana Polis, que em 2010 absorveu 2.370.000 euros; Das dificuldades que se continuam a sentir na venda da área urbanizada no Parque da Cidade, a CDU vai abster-se nesta votação.

Viana do Castelo, 29 de Abril de 2011

O Eleito da CDU,

(António Gonçalves da Silva)



Período da Ordem do Dia

Excelentíssima Sr.^a Presidente da Mesa e restantes membros
Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e Vereação
Senhoras e Senhores Deputados
Comunicação Social
Caríssimo Público

Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas da CMVC e SMSB

Este relatório vem mais uma vez confirmar a degradação da situação financeira e da gestão deste executivo municipal.

A crise económica continua a ser a desculpa perfeita para os sucessivos erros com que nos deparamos na gestão das contas públicas em Viana do Castelo e em Portugal.

Neste relatório parece que tudo é prejudicado pela diminuição de cobrança de taxas. E para quando uma diminuição da despesa desmesurada? É inadmissível que a despesa com Pessoal absorva 30% da receita total da Câmara Municipal. Para não falar de custos com pessoal encapotados com as subcontratações. Parece que o número de efectivos da Câmara não pára de aumentar. De certeza que neste sector o desemprego não é uma preocupação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Obviamente que a receita proveniente da Derrama e de todas as outras taxas e licenças desceu, já era de esperar quando estas taxas continuam a ser taxadas nos valores máximos, quando não existe nenhum estímulo ao Empreendedorismo, quando os nossos comerciantes se vêem confrontados todos os dias com uma significativa redução de clientes, quando vemos o nosso centro histórico ao abandono, quando quem quer vir à cidade tem de pagar para estacionar.

O Governo impôs as Scuts, a Câmara Municipal de Viana do Castelo impõe o estacionamento pago. Até quando continuar a sacrificar os portugueses?

É irónico querermos vir dar um simples passeio até à nossa cidade e termos de pagar para isso, quando temos tão bons exemplos perto de nós de como incentivar os comerciantes e a população. É a diferença entre o estímulo e a falta de vontade.

Cada ano que passa assistimos ao agravamento da situação financeira do nosso Município, um Município refém de empréstimos, refém de taxamentos máximos, refém dum executivo que já provou não ter sido capaz de levar a bom porto o nosso município, partido este que quer continuar a ver os vianenses na penúria.

Verificamos uma degradação ano após ano dos rácios financeiros, esta situação é preocupante. Como também preocupante a variação do valor do Resultado Líquido do Exercício, que por este andar não tardará muito a começar a apresentar valores negativos.

Onde estão as obras das Grandes opções do Plano? Uma parte delas adiadas, outras paradas, outras sem início à vista. Falta de vontade de executar obras que apenas serviram para campanha eleitoral.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

As áreas que servem para propaganda política, essas têm taxas de execução a rondar os 90%, o que não acontece com os investimentos e com os projectos que servem as necessidades das populações.

Para cobrar aos Vianenses, para lhes taxar tudo nos valores máximos, para isso o seu grau de execução até excede os 100%.

Os montantes executados com a Acção Social ficaram abaixo do previsto. Que melhor instrumento do que o IRS para ajudar os Vianenses? Aqueles 5% que a Câmara insiste em reter poderiam e podem fazer a diferença a muitas famílias.

É-nos apresentada uma poupança na casa dos 7 milhões de euros, seria de louvar se tivesse sido feita através da redução da despesa e não à custa de quebra do investimento.

Sobrevalorizam umas rubricas para terem espaço de manobra noutras, isto é um encapotar de factos. Como é possível mais de 17 milhões de euros em compromissos por pagar? Onde tencionam ir buscar dinheiro para isto? Mais endividamento?

O passivo do Município cresce desmesuradamente, este executivo está viciado em contrair dívidas.

Já agora, a população Vianense gostava de saber como vão as contas da VianaPolis?

A capacidade de endividamento do Município de Viana do Castelo está a atingir o limite. Este executivo tem de assumir a responsabilidade pelo estado em que nos encontramos. Exigem-se atitudes e resultados concretos, a passividade não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

admite, os erros têm de ter um limite. O povo não se vai deixar continuar a enganar por muito mais tempo.

O CDS-PP não compactua com esta situação, com esta irresponsabilidade e falta de coerência. Votaremos contra este ponto da ordem de trabalhos.

Viana do Castelo, 29 de Abril de 2011

Pel' O Agrupamento Político do CDS-PP

Ana Cristina Abreu Azevedo



Câmara Municipal de Viana do Castelo

CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:-**-----

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia sete de Março findo, consta a seguinte deliberação:**-----

- - - **(24) POSTURA DE TRÂNSITO NA ÁREA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO - ALTERAÇÃO:-** Pelo Vereador Luis Nobre foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "PROPOSTA - No sentido de otimizar as condições de mobilidade na área urbana da cidade, e após avaliação técnica dos serviços de trânsito, submete-se a aprovação do Executivo Municipal as alterações que a seguir se indicam à Postura de Trânsito na Área da Cidade de Viana do Castelo, freguesias de Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela:-

Capítulo III Do Trânsito de Veículos

(...)

Artigo 26º Proibição de Circulação

(...)

4. É proibido o trânsito a veículos, excepto para efeitos de cargas e descargas nos dias úteis e sábados de manhã das 7h às 11h e das 17h às 20h, nos seguintes arruamentos:

1 - Rua Manuel Espregueira, da Praça da República à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra – Excepto acesso às farmácias em horário de serviço permanente

2 – Rua da Picota - Excepto acesso às farmácias em horário de serviço permanente

(a) Luis Nobre.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as alterações à Postura de Trânsito da Cidade de Viana do Castelo constantes da referida proposta. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro, Ana Palhares e Aristides Sousa e a abstenção do Vereador António Amaral.-----

--- **Está conforme o original.**-----

- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.**-----

- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e nove de Abril do ano dois mil e onze.**-----



Câmara Municipal de Viana do Castelo

CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:-**-----

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia quatro de Abril corrente, consta a seguinte deliberação: -----**

- - - **(17) PACTO DE AUTARCAS DA UE - ADESÃO:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- "PROPOSTA - Atendendo a que o "Pacto de Autarcas" permite aos municípios aderentes: ➤Efectuar uma declaração pública de compromisso extra para redução de CO2; ➤Criar ou reforçar a dinâmica de redução de CO2 no seu território; ➤Beneficiar de sistemas de incentivo extra bem como da experiencia de outros municípios aderentes; ➤ Compartilhar a experiencia desenvolvida no seu próprio território com outras entidades congéneres; ➤ Promover o seu território enquanto pioneiro quer no combate às alterações climáticas quer na promoção da eficiência energética e da utilização de fontes de energias renováveis; ➤Divulgar e publicitar as metas alcançadas no website da iniciativa, e conscientes de que, com a adesão ao "Pacto de Autarcas", os Municípios que decidam aderir comprometem-se a: ➔Superar os objectivos definidos pela EU para 2020 reduzindo as emissões de CO2 no concelho em, pelo menos, 20%; ➔Elaborar um inventário de referência das emissões e apresentar o plano de acção em matéria de energia sustentável (PAES) no prazo de um ano a contar da data da assinatura do pacto; ➔ Adaptar as estruturas municipais, incluindo a atribuição de recursos humanos suficientes, a fim de levar a cabo as acções necessárias; ➔ Mobilizar a sociedade civil para participar no desenvolvimento do plano de acção; ➔ Apresentar um relatório de execução, pelo menos, de dois em dois anos após a apresentação do plano de acção para fins de avaliação, acompanhamento e verificação (o que implica uma monitorização continua do plano); ➔Partilhar a experiencia e o saber fazer com outras entidades territoriais; ➔Organizar Dias da Energia ou Dias do Pacto Municipal em cooperação com a Comissão Europeia e outras partes interessadas; ➔Participar e contribuir para a Conferência anual de Autarcas da EU para uma Europa da Energia Sustentável; ➔ Divulgar a mensagem do Pacto nos fóruns apropriados e encorajar outros autarcas a aderir ao Pacto; ➔Aceitar a exclusão de membro do Pacto, nos seguintes casos:- ➔Não apresentação do plano de acção no prazo de um ano a contar da data de adesão; ➔Não cumprimento do objectivo global de redução do CO2 estabelecido no Plano de Acção; ➔Não apresentação do relatório de aplicação em dois períodos



Câmara Municipal de Viana do Castelo

seguidos. Propõem-se: ⇒ A aprovação da decisão de adesão do Município de Viana do Castelo à iniciativa "Pacto de Autarcas" da EU; ⇒ Que seja proposto José Maria da Cunha Costa, Presidente da Câmara, para em representação do Município de Viana do Castelo, subscrever o "Pacto de Autarcas"; ⇒ Que ambas as anteriores decisões sejam ratificadas aquando da próxima sessão da Assembleia Municipal. (a) José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta atrás transcrita e em consequência nos termos e ao abrigo do disposto na alínea m) do número 2 do artigo 53º, conjugado com a alínea a) do número 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, submeter o mesmo á aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. -----

--- Está conforme o original. -----

--- A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião. -----

--- Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e nove de Abril do ano dois mil e onze. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, na qualidade de membro eleito por esta Assembleia para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, vou reportar-me ao que esta comissão realizou no ano de 2010.

Começo por abordar o trabalho da comissão restrita, representada por técnicos de várias instituições públicas, salientando que os técnicos que ali trabalham não são suficientes, agravando o facto de que nenhum trabalha a tempo inteiro; são pessoas cedidas pelas instituições, as quais “cedem”, conforme estipulado, algumas horas por semana à comissão.

A comissão restrita teve um grande volume de processos em 2010: transitados 323, instaurados 258, reabertos 50, globais 114, arquivados 222, total de arquivados 336, activos 295; foi este o número de crianças/jovens abrangidas. Estes números reportam casos de negligência, abuso sexual, mendicidade, prática qualificada de crime, estupefacientes, abandono escolar, comportamentos desviantes e maus tratos físicos. Foram para acolhimento institucional 15 crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos; 6 jovens, com idades entre 17 e os 18

anos foram para acolhimento institucional. Estes são alguns dos casos mais graves de uma lista imensa. Tal vem demonstrar que a comissão restrita tem, sem dúvida alguma, imenso trabalho.

Também é importante salientar o apoio que a câmara tem dado, pela cedência de instalações e pessoal técnico e administrativo.

No entanto, quanto à comissão alargada, da qual faço parte, não posso ser mais crítico, devido ao que se faz nesta comissão. Em bom rigor, dever-se-ia dizer “não se faz”. Esta é uma comissão de faz-de-conta, sendo que as quatro reuniões que temos por ano, apenas servem para cumprir a lei, aprovando as actas.

Senhor Presidente e senhores deputados, existem centenas (para não dizer milhares) de comissões pelo país fora de faz-de-conta, nas quais se gasta tempo e dinheiro, desperdiçando recursos humanos que poderiam ser canalizados para outras valências. Haja coragem para mudar a lei! Sendo que a comissão funciona assim por imposição da mesma, haja a coragem de acabar com a comissão alargada e crie-se uma comissão restrita com mais meios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

e com técnicos a tempo inteiro. Só assim poderá funcionar em pleno.

Lamento mas isto é o que se passa na comissão alargada. Quando aparecem casos graves, as pessoas vêm para a comunicação social dizer que a culpa é da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, acusações, por vezes, injustas, uma vez que os técnicos que vão dar o seu apoio muitas das vezes trabalham nos processos em horário pós laboral e não ganham mais por isso. Haja coragem política para mudar este tipo de situações!

Viana do Castelo, 29 de Abril de 2011

Agrupamento Político do CDS – PP

RELATÓRIO BREVE SOBRE A ACTIVIDADE DA C.P.C.J. DE VIANA DO CASTELO

~~Verificando que na Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, em desrespeito pelo consignado no ponto 3 do Art.º 29.º do Regimento, não consta “ um ponto para a apresentação dos relatórios das actividades dos deputados que integram outras entidades em representação da Assembleia”, irei servir-me de parte do tempo da CDU, do período de Antes da Ordem do Dia, para uma breve síntese sobre o funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viana do Castelo.~~

Como sabem, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens é composta por **representantes** do Município, da Segurança Social, do Ministério da Educação, dos Serviços de Saúde, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, da PSP, da GNR, da Assembleia Municipal, etc., e de técnicos que venham a ser cooptados, e visa “ promover os direitos dos menores e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral “

Como se trata de uma Comissão de representantes, a Câmara, em 26/10/2010, em ofício dirigido à Presidente da Comissão, comunicou que dado que “ todos os técnicos, representante e cooptados ao município, integram a divisão da Acção Social, estrutura essa que actualmente se depara com uma situação difícil, no que concerne a recursos humanos, estando em causa a capacidade da mesma em dar resposta às suas obrigações “ e uma vez “ que esta autarquia preside, há vários anos, à Comissão “... “ vê-se obrigada a manter apenas o seu representante, a tempo parcial, à semelhança de todas as outras entidades “ e não a tempo inteiro.

Por isso, em 27 de Outubro de 2010, procedeu-se à eleição de um novo Presidente.

Porém, como nenhum dos membros votados (nem nenhum dos outros) se disponibilizou para assumir a função de Presidente, sobretudo pelo facto das chefias/directores o não permitirem, pelas mesmas razões apresentadas pela Câmara Municipal, alegando não poderem prescindir dos técnicos durante mais tempo a favor da Comissão, foi solicitada a intervenção da Comissão Nacional.

Em 5/11/2010, o Secretário Executivo da Comissão Nacional solicitou à representante da Câmara Municipal que se mantivesse no exercício de funções até à eleição do novo Presidente e que convocasse uma reunião alargada para o dia 23/11/2010.

Em 8/11/2010 a Dr.ª Paula Oliveira, em resposta ao ofício atrás mencionado, comunicou que havia convocado a reunião para o dia 23/11 e para ela convidado os respectivos Dirigentes das Entidades que nela se encontram representados e que se manteria em funções até essa data mas que, **na eventualidade de, nesse dia, não ser resolvida a questão da Presidência, “ as denúncias apresentadas nesta Comissão, bem como todos os procedimentos que necessitem de deliberação, serão reencaminhadas para os Serviços do Ministério Público de Viana do Castelo “.**

Na reunião extraordinária de 23/11/2010, após vários elogios, votos de que diligenciaríamos junto das várias entidades para que cedessem mais tempo para os seus representantes na Comissão e apelos ao profissionalismo dos seus membros proferidos pelos represen-

tantes da Comissão Nacional presentes e depois da representante da Segurança Social se disponibilizar para, em certas condições, aceitar ser eleita Presidente, passou-se à votação, tendo-se verificado que a mais votada voltava a ser a Dr^a. Lígia Sanches, da APACDM, com 7 horas de trabalho na Comissão e a quem o dirigente não autorizava que assumisse a Presidência.

Depois de muita negociação a Dr^a Lígia assumiu a Presidência e os dois representantes da Comissão Nacional preparavam-se para deixar a reunião.

Se é certo que as Comissões, a título experimental, pudessem ter iniciado as suas actividades nos moldes previstos na Lei, não nos pareceu admissível que ao fim de mais de uma década, principalmente as que têm grande número de processos, se possam quedar numa gestão não profissionalizada, sobretudo dada a situação de carência de pessoal observada em todos os serviços públicos.

Não nos pareceu também aceitável que, tendo conhecimento de que a C.P.C.J. de Viana do Castelo havia movimentado cerca de 400 processos no ano de 2010, evidenciava grandes dificuldades na aplicação de medidas de promoção e protecção em meio natural de vida por não possuir verbas para apoio às famílias, não tinha um número suficiente de famílias de acolhimento para a colocação dos menores, sendo obrigada a, apenas num mês, institucionalizar 9 crianças e que, sobre tudo isso, nada dissessem os representantes da Comissão Nacional.

Por isso, de forma talvez um pouco dura, chamei-os às suas responsabilidades na procura de soluções para a resolução efectiva de todas estas questões, dado que a vida de 400 crianças, todas com problemas, exigiria atitudes mais responsáveis.

Embora os problemas no essencial se mantenham há um desbloqueamento das verbas para apoio às famílias e 3 Entidades que garantem a permanência de 2,5 dias dos seus representantes na Comissão, por semana. Pelo contrário, das duas técnicas em tempo permanente na Comissão uma passou apenas para meio tempo.

Informei por várias vezes o Senhor Presidente da Câmara que, lidando a Comissão com cidadãos com problemas vários, que por vezes se podem tornar violentos, era imprescindível que as salas onde são recebidos obrigatoriamente tivessem duas portas, para defesa dos membros da Comissão. Chamo a atenção do Senhor Presidente para que, até hoje, nada foi feito e que a mudança para as novas instalações não está prevista para breve.

Julgo ser opinião generalizada que a Comissão Restrita desempenha uma acção de qualidade e que a Comissão Alargada terá de dinamizar a sua actuação,

Viana do Castelo, 25 de Fevereiro de 2011
O Eleito da CDU,

(António Gonçalves da Silva)



Câmara Municipal de Viana do Castelo

CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:-**-----

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da minuta da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia dezoito de Abril corrente, consta a seguinte deliberação: -**

- - - **(05) ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL:-** Pela Vereadora Ana Margarida Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - 1.** Na sequência da aprovação da Candidatura **NORTE-05-0227-FEDER-000072 "Viana do Castelo, Slow City"**, que tem como objectivos, participação das entidades promotoras no desenvolvimento regional numa rede e organização relevante a nível internacional ("Slow city"); promoção do processo de internacionalização regional através da ligação e participação em rede institucional de âmbito internacional; dinamização da estratégia de desenvolvimento regional baseada no equilíbrio de um futuro sustentado no património (cultural, edificado, gastronómico, das artes e saberes, dos sectores tradicionais, entre outros.), na economia local, no talento e na criatividade, onde se conjuga tradição e modernidade; promover o conceito alargado de qualidade de vida, onde se pretende tomar medidas no sentido de valorizar, os parques e as áreas verdes, os produtores e vendedores locais, as tradições e a cultura local, o processo de reciclagem, a tomada de medidas para reduzir a poluição sonora e a quantidade de carros nas ruas e a diversidade, desde a biodiversidade à multiculturalidade, e da candidatura **NORTE-05-0227-FEDER-000080 "Congresso Internacional, Slow Cities: um ambiente favorável à criatividade"**, que tem objectivo principal debater modelos de desenvolvimento regional equacionando o



modelo vigente – frenético, massificador, uniformizador e pouco qualitativo, mais especificamente procura-se, qualificar as novas ambições e necessidades a que as urbes têm que responder, perceber as implicações do modelo adoptado pelas “Slow Cities”, através da exploração dos seus elementos, critérios e contextos, bem como analisando casos de sucesso internacionais, identificar tendências associadas à Criatividade, envolvendo os stakeholders representativos ao nível académico, institucional e empresarial, **torna-se necessário criar um posto de trabalho para a função de técnico superior (Gestão e Organização), a contratar a tempo certo**, pois as referidas candidaturas contemplam despesas com a equipa técnica e a autarquia vianense não dispõe de recursos humanos disponíveis nesta área. 2. Estamos igualmente com recursos deficitários na **área da modernização administrativa**, onde se torna necessário acorrer a tarefas de desenvolvimento de aplicações informáticas de apoio à decisão, sobretudo na área da gestão documental e workflow no âmbito da **gestão urbanística**. Estamos a falar de um trabalho de reengenharia, de desenho dos circuitos e de apoio aos utilizadores no âmbito da aplicação de urbanismo. Neste âmbito é necessário reforçar o mapa de pessoal com mais um especialista de informática, a contratar por tempo indeterminado. 3. Propõe-se igualmente a extinção de 4 postos de trabalho, atendendo a que na conjuntura actual já não se afiguram necessários, a saber: Técnico Superior Arquitecto – 1 posto de trabalho; Técnico Superior Engenheiro Civil – 2 postos de trabalho; Técnico Superior Generalista – 1 posto de trabalho. A competência para alterar os mapas de pessoal é da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea a) do nº. 2 do artigo 3º do Decreto Lei 209/2009, de 3 de Setembro, pelo que se propõe que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a presente alteração do mapa de pessoal. Anexa-se o mapa de pessoal na parte respectiva.



CARREIRA (ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA OU PROFISSIONAL)	CATEGORIA	CATEGORIA ANTERIOR	Trabalhadores em Contrato de Trabalho na Função Pública				Trabalhadores Contratados a Termo Resolutivo Certo								
			Ocupados por Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	A Ocupar por Contrato por Tempo Indeterminado	A Criar	A Extinguir	Total	Ocupados	Vagos	A Criar	A Extinguir	Total			
PESSOAL DIRIGENTE		Director de Departamento	6	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
TÉCNICO SUPERIOR	TÉCNICO SUPERIOR	Chefe de Divisão	22	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0
		Arquitecto	14	3	0	0	0	0	0	17	1	1	0	1	1
		Arquitecto	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Conservador (Museus)	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Director Técnico Teatro Municipal Sá de Miranda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Docente de Actividade Física e Desportiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Docente de Ciências Naturais Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	29	6	0	0	35
		Docente de Expressão Plástica	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	4
		Docente de Inglês	0	0	0	0	0	0	0	0	15	2	0	0	17
		Docente de T.I.C.	0	0	0	0	0	0	0	0	44	1	0	0	45
		Engenheiro	10	2	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	10
		Engenheiro (Agrário)	2	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
		Engenheiro (Ambiente)	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Engenheiro (Biológico)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		Engenheiro (Civil)	4	3	0	0	0	0	0	7	1	3	0	0	2
		Engenheiro (Civil) - Opção Planeamento e Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
		Engenheiro (Electrotécnico)	1	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1
		Engenheiro (Florestal)	1	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1
		Engenheiro (Mecânico)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
		Médico Veterinário	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Técnico Superior	15	5	0	0	0	0	0	20	3	3	0	1	5
		Téc.Sup. Arqueologia	0	2	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1
		Téc.Sup. Arquivo	1	2	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	2
		Téc. Sup. Biblioteca e Documentação	2	1	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	1
		Téc. Sup. Chefe Frente de Casa	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
		Téc. Sup. Ciências Administrativas	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Técnico Sup. Cine-Vídeo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Téc. Sup. Contabilidade e Administração	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
		Téc.Sup. Comunicação	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
		Téc.Sup. Cultura	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
		Téc.Sup. Design	2	1	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
		Téc. Sup. Design Ambientais	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Téc. Sup. Design Paisagístico	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
		Téc. Sup. Desporto (Inteiro)	1	1	0	0	0	0	0	2	6	0	0	0	6
		Téc. Sup. Desporto (Parcial)	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
		Téc. Sup. Direito	5	0	0	0	0	0	0	5	1	1	0	0	2
		Téc. Sup. Economia ou Finanças	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
		Téc. Sup. Educação	1	2	0	0	0	0	0	3	1	1	0	0	2
		Téc. Sup. Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1



		0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASSISTENTE TÉCNICO	Téc. Sup. Engenharia Geográfica	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Etnografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Geografia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. História	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Jornalismo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Nutrição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Superior Organização e Gestão	4	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. (Psicólogo)	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Recursos Humanos	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Relações Internacionais	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Relações Públicas	7	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Serviço Social	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Téc. Sup. Turismo	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Coordenador Técnico	14	3	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tesoureiro	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aferidor de Pesos e Medidas	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assistente de Acção Educativa	19	3	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assistente Administrativo	71	7	0	0	0	0	0	0	78	7	5	0	0	0	0	0	0	0
	Assistente de Arqueólogo	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Conselheiro de Consumo	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Desenhador	8	2	0	0	0	0	0	0	10	2	1	0	0	0	0	0	0	0
	Desenhador de Arqueologia	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guia Intérprete	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Iluminador de Cena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Medidor Orçamentista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
	Solicitador	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico Profissional	11	1	0	0	0	0	0	0	12	0	6	0	0	0	0	0	0	0
Téc. Prof. de Animação Cultural	3	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. Animação Desportiva	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. Biblioteca e Docum.	12	6	0	0	0	0	0	0	18	2	9	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Arquivo	6	1	0	0	0	0	0	0	7	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Construção Civil	2	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Gestão Ambiente	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Higiene e Segurança	1	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Museografia	5	2	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Pintura Decorativa	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Técnico de Som	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Téc. Prof. de Telecomunicações	4	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Tesoureiro	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Topógrafo	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Fiscal Municipal	10	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ENCARREGADO OPERACIONAL		0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ENCARREGADO OPERACIONAL ASSISTENTE		10	4	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ASSISTENTE OPERACIONAL		1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



OPERACIONAL		38	2	0	0	0	40	1	4	0	0	0
Auxiliar Administrativo		38	2	0	0	0	40	1	4	0	0	0
Auxiliar Acção Educativa (Tempo Inteiro)		37	0	0	0	0	37	85	7	0	0	0
Auxiliar Acção Educativa (Tempo Parcial)		0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
Auxiliar de Serviços Gerais		26	11	0	0	0	37	0	3	0	0	3
Auxiliar Técnico		4	2	0	0	0	6	0	2	0	0	2
Bilheteiro		1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Calceteiro		5	3	0	0	0	8	0	2	0	0	2
Canalizador		3	0	0	0	0	3	0	2	0	0	2
Cantoneiro (Vias Municipais)		15	8	0	0	0	23	0	4	0	0	4
Carpinteiro de Limpos		8	4	0	0	0	12	0	3	0	0	3
Condutor de Cilindros		0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Condutor de Máquinas Pesadas		4	3	0	0	0	7	0	0	0	0	0
Coveiro		3	1	0	0	0	4	1	0	0	0	1
Cozinheiro		60	9	0	0	0	69	8	2	0	0	10
Electricista		6	0	0	0	0	6	1	3	0	0	4
Electricista de Automóveis		1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Encarregado de Pessoal Auxiliar		0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Fiel de Armazém		2	2	0	0	0	4	0	1	0	0	1
Jardineiro		42	1	0	0	0	43	5	0	0	0	5
Lavador/ Lubrificador de Viaturas		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Maquinista Teatral		1	1	0	0	0	2	1	0	0	0	1
Mecânico		2	3	0	0	0	5	0	0	0	0	0
Motorista de Ligeiros		0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Motorista de Pesados		8	3	0	0	0	11	0	0	0	0	0
Motorista Transportes Colectivos		4	0	0	0	0	4	1	0	0	0	1
Nadador-Salvador		0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Operador de Reprografia		2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Pedreiro		5	3	0	0	0	8	0	0	0	0	0
Pintor		13	3	0	0	0	16	0	3	0	0	3
Praticante de Topógrafo		1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Serralheiro Civil		8	2	0	0	0	10	0	1	0	0	1
Telefonista		3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Tractorista		1	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Trocha		9	3	0	0	0	12	0	1	0	0	1
Comando		0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Bombeiros - Chefes		10	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0
Bombeiros		40	30	0	0	0	70	0	0	0	0	0
Especialista de Informática		1	2	0	0	0	3	2	0	0	0	2
Especialista de Informática		0	1	1	0	1	2	0	0	0	0	0
Técnico de Informática		4	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0
		636	187	1	0	0	824	255	99	1	4	351

BOMBEIROS

INFORMÁTICA



Câmara Municipal de Viana do Castelo

(a) Ana Margarida Silva.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e nos termos e para os efeitos da alínea a) do número 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 2 de Setembro, submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Maria José Guerreiro a abstenção dos Vereadores Mário Guimarães, Ana Palhares e António Amaral e o voto contra do Vereador Aristides Sousa Sousa que apresentou a seguinte declaração de voto: - "DECLARAÇÃO DE VOTO - A contratação de mais pessoal, nomeadamente de técnicos superiores, por tempo determinado e ou indeterminado, como ora é proposto, colide e contradiz as opções que têm sido feitas para suprir necessidades de mão-de-obra especializada pela Câmara Municipal nos últimos meses. É consabido que hodiernamente a especificidade tecnológica é tal que exige conhecimento muito específico, e que está em plena e acelerada mudança, mas tal não é razão bastante para se proceder à contratação de pessoal, pelo contrário, onerando ainda mais a despesa primária da autarquia, que já tem um peso de 30% no orçamento global executado. Não se pode, sobe pena da suspeita de conveniência, para uns casos sustentar a contratação de prestação de serviços e, para outros, sem evidentes necessidades e argumentos para tal, optar pela celebração de contrato individual de trabalho. A gestão dos recursos humanos, e a produtividade destes, passa, antes de mais, pela formação contínua e continuada, pela requalificação profissional de forma a dar resposta às novas exigências técnicas e tecnológicas, sob pena de estarmos a criar um quadro de pessoal que não só responde às necessidades como não pára de aumentar para sustentar as mesmas, comprometendo a sustentabilidade da gestão financeira da autarquia, mais ainda em conjuntura de contenção, de poupança e de redução da despesa operacional. Não ponho em causa o trabalho que é feito pelo pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que certamente é muito, mas acredito que poderia haver mais produtividade, maior grau de satisfação no desempenho das funções e mais eficiência, seguindo os princípios da economia, da racionalidade e da razoabilidade. Este melhor desempenho dos serviços municipais resulta não tanto do trabalhador mas da gestão dos recursos humanos, que é política, e com a que vem sendo traçada pelo executivo socialista o CDS-PP não concorda, como temos vindo a denunciar, pelo que voto contra. Relativamente à extinção de quatro postos no mapa de pessoal, registo que esta medida é meramente formal, administrativa, porquanto se trata de lugares nunca providos no actual mapa, evidenciando somente que, sendo um mapa de organograma recente, é inadequado à realidade. Não releva também para efeito da redução da despesa, por isso mesmo. (a) Aristides Sousa." .-----

--- Está conforme o original. -----
--- A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião. -----
--- Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte e nove de Abril do ano dois mil e onze. -----

Assembleia Municipal de 29 Abril 2011

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, juntamente com o Grupo de Independentes, propõem para a participação no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, como efectivo, o Presidente da junta de Freguesia de Santa Leocádia, Carlos Alberto de Faria Torres e como substituto, o Presidente da junta de Freguesia de Vila Rica, José Maria Santos Ferreira.

Silvana do Castelo, 29.4.2011

B

(DOCUMENTO N.º 22)

PROPOSTA (PSD)

O AGUPAMENTO POLÍTICO DO PSD DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO PROPÕE, PARA PARTICIPAÇÃO NA PRÓXIMA REUNÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, NO SEU XIX CONGRESSO, A DECORRER EM COIMBRA, NO PRÓXIMO DIA 09 DE JULHO DE 2011, OS NOMES DOS SENHORES PRESIDENTE DE LINTA DE FREQUESTA:

- 1- RUI JORGE RIBEIRO MARTINS DE MATOS; (V. N. ANTA)
- 2- CRISTINA JAQUES; (ALVARAES)

VIANA DO CASTELO, 29 DE ABRIL DE 2011.

